

DANIELE FELDMAN

**UM CENTRO DE MEMÓRIA DA ACADEMIA NACIONAL DA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL: UMA PROPOSTA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Gestão de Unidades de Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gisela Eggert Steindel.

**FLORIANÓPOLIS, SC
2016**

F312c Feldman, Daniele

Um Centro de Memória da Academia Nacional da Polícia
Rodoviária Federa: uma proposta / Daniele Feldman. -- 2016.

92 f.: il. color.

Orientadora: Gisela Eggert Steindel.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação,
Florianópolis, 2016.

1. Centro de Memória. 2. Lugar de Memória. I. Título. II.
Gisela Eggert Steindel. III. Academia Nacional da Polícia
Rodoviária Federal.

CDD 026

DANIELE FELDMAN

**UM CENTRO DE MEMÓRIA DA ACADEMIA NACIONAL DA POLÍCIA
RODOVIÁRIA FEDERAL: UMA PROPOSTA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Unidade de Informação.

Banca Examinadora

Orientadora:



Profa. Dra. Gisela Eggert Steindel
Universidade do Estado de Santa Catarina

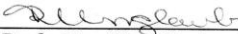
Membros:



Profa. Dra. Elaine Rosângela de Oliveira Lucas
Universidade do Estado de Santa Catarina



Profa. Dra. Eva Cristina Leite da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina



Profa. Dra. Tânia Regina da Rocha Unglaub
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 09/06/2016

À minha família, pelo apoio
incondicional e pelo que
representa em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Cada passo do desenvolvimento deste trabalho propiciou uma transformação interior. Não é possível, desenvolver conhecimento intelectual sem junto ampliar a visão de mundo. O fruto desse desenvolvimento intelectual, esta dissertação, é mais que um documento. É uma re-descoberta pessoal, um re-encanto pela profissão. É a certeza que a vida consiste em uma eterna re-construção. É também, a certeza de que não realizamos nada sozinhos. Longas foram às conversas, as risadas e as trocas de experiências com a turma do mestrado. Grande foi o amor da minha família, o meu bem maior! Inspirador e reconfortante foram às palavras dos meus amigos (mais próximos) que sempre acreditaram em mim! Por isso, tenho muito a agradecer! Em especial, o meu muito obrigada,

Ao meu companheiro meu amor, Jônatas Peres;

Aos meus pais, por tudo que sou até hoje;

Aos meus verdadeiros amigos: Ana Maria, Eduardo Silveira, Manuella Ouriques e Priscila Ludtke;

A minha orientadora, Gisela Eggert Steindel, minha profunda admiração e respeito;

As professoras integrantes da banca: Ana Maria, Lani Lucas, Eva Cristina Leite da Silva, Magda Teixeira Chagas e Tânia Regina da Rocha Unglaub pelas contribuições na dissertação;

Aos demais professores, servidores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina;

Aos profissionais da Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal, que tão generosamente, aceitaram participar da pesquisa e que a tornaram possível.

“O significado das coisas não está nas coisas em si, mas sim em nossa atitude com relação a elas”.

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo propor diretrizes para a criação do Centro de Memória da Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal (ANPRF). Para o alcance deste objetivo, esta pesquisa orientou-se também pelos seguintes objetivos específicos: conhecer a estrutura institucional da ANPRF; identificar os setores na ANPRF que produzem documentos e identificar os documentos representativos à memória da ANPRF. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa de caráter exploratório e descritivo, além disso, se utiliza do método da pesquisa documental e da história oral e de acordo com sua finalidade é uma pesquisa teórica aplicada. Os dados desta pesquisa foram analisados por meio da análise documental. A partir da análise documental, pode-se concluir que existe material que respalda a criação de um espaço para a memória da ANPRF e que os objetos representativos à memória desta instituição condizem a: registros textuais sob perspectiva histórica e objetos materiais oriundos da cultura desta instituição.

Palavras-chave: História. Memória. Memória coletiva. Centro de memória.

ABSTRACT

This research has per objective the creation of the Center for National Memory of the Federal Highway Police Academy (ANPRF). To achieve this goal, this research also guided by the following specific objectives: to know the institutional structure of ANPRF; identify the sectors in ANPRF producing documents and identify the documents pertaining to the memory of ANPRF. The research is characterized as qualitative exploratory and descriptive, in addition, using the method of documentary research and oral history and according to their purpose is a theoretical applied research. Data from this study were analyzed by means of document analysis . From the documentary analysis, we can conclude that there is material that supports the creation of a space for memory ANPRF and representative objects to the memory of this institution are consistent to: textual records in historical perspective and material objects derived from the culture of this institution .

Key-words: History. Memory. Memory collective. Center in memory.

LISTA DE SIGLAS

ANPRF	Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal
CAA	Coordenação de Apoio Administrativo
CCO	Coordenação de Controle Operacional
CG	Corregedoria-Geral
CGA	Coordenação-Geral de Administração
CGO	Coordenação-Geral de Operações
CGPLAM	Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Rodoviária
CGRH	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CI	Ciência da Informação
CM	Centro(s) de Memória
COEN	Coordenação de Ensino
COINT	Coordenação de Inteligência
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
DAA	Divisão de Área Administrativa
DCC	Divisão de Combate ao Crime
DFAI	Divisão de Fiscalização e Assuntos Internos
DFT	Divisão de Fiscalização de Trânsito
DIAJU	Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais
DIASAS	Divisão de Saúde e Assistência Social
DIASI	Divisão de Administração de Sistemas
DICAD	Divisão de Cadastro
DICON	Divisão de Licitações, Contratos e Convênios
DICOR	Divisão de Corregedoria
DIDEC	Divisão de Educação Corporativa

DIDOC	Divisão de Documentação
DIGERE	Divisão de Gerenciamento e Execução Financeira
DIGES	Divisão de Gestão Correicional
DIMOT	Divisão de Modernização e Tecnologias
DINOR	Divisão de Gestão Documental e Normatização
DIPAG	Divisão de Pagamento
DIPAM	Divisão de Patrimônio e Material
DIPLAN	Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário
DIPROJ	Divisão de Projetos de Infra-Estrutura
DIREC	Divisão de Recursos Humanos
DISEG	Divisão de Administração e Serviços Gerais
DITEL	Divisão de Telemática
DMP	Divisão de Multas e Penalidades
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
DOA	Divisão de Operações Áreas
DPO	Divisão de Planejamento Operacional
DPRF	Departamento Polícia Rodoviária Federal
EUA	Estados Unidos da América
FID	Fédération International of Documentation
FIID	Fédération International of Information and Documentation
GAB	Gabinete
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIB	Institute International of Bibliography
IID	Institute International of Documentation

NUAD	Núcleo de Apoio Administrativo
NUPLAN	Núcleo de Planejamento Institucional
NUPROF	Núcleo de Formação, Qualificação e Requalificação Profissional
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PPGInfo	Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação
SNSP	Sistema Nacional de Segurança Pública
SOFIP	Seção de Orçamento e Financeira de Pessoal
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MEMÓRIA, HISTÓRIA E INFORMAÇÃO	18
2.1 MEMÓRIA E HISTÓRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	22
2.2 OS LUGARES DE MEMÓRIA	26
3 NA CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGOS ENTRE INFORMAÇÃO E DOCUMENTO	30
3.1 INFORMAÇÃO E DOCUMENTO	32
3.2 O DOCUMENTO NA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA	38
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
5 A ACADEMIA NACIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL: SOB A ÓTICA DAS NARRATIVAS E UMA LEITURA DOCUMENTAL	49
5.1 POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	50
5.2 REVELANDO O OBJETO DE ESTUDO	56
5.3 ASPECTOS PARA A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA	63
5.4 DIRETRIZES PARA O CENTRO DE MEMÓRIA DA ACADEMIA NACIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	69
6 CONSIDERAÇÕES E EXPECTATIVAS A PARTIR DO ESTUDO	76
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA	91
ANEXO A – TERMO LIVRE E ESCLARECIDO DO COMITÊ DE ÉTICA	92

1 INTRODUÇÃO

“O importante conjunto de acervos históricos deve ser preservado e colocado à disposição da sociedade. As empresas possuem verdadeiros tesouros, relacionados ao desenvolvimento das pessoas, das cidades, dos negócios e da comunicação empresarial”.

Paulo Nassar

Os Centros de Memória (CM) foram criados mediante a necessidade das instituições¹ responderem a uma demanda por informação especializada, relativa à sua trajetória. No Brasil, tiveram impulso na década de 1970, quando ocorria uma série de ações de proteção e organização do patrimônio documental nacional, principalmente nos órgãos públicos de todas as esferas. Além, dos órgãos públicos, o campo científico da Antropologia, Sociologia e da História estavam profundamente voltados à questão da memória (TOTINI; GAGETE, 2004).

Alguns CM tiveram origem na década de 1990, como por exemplo, o CM da Bunge (instituição do setor de alimentos e fertilizantes), mas ainda não faziam parte de um movimento significativo. Foi somente a partir dos anos 2000 que as instituições passaram a investir consistentemente em memória devido aos avanços tecnológicos e os meios de comunicação. Desde então, os CM têm se consolidado como espaços fundamentais, tendo como principais objetivos: preservar documentos², atender às pesquisas no âmbito institucional e externo, bem como gerar serviços e produtos relativos à

¹Nesta pesquisa, será adotado o termo instituição, visto que é o plano institucional que define a organização (COSTA, 1997).

²Nesta pesquisa, o conceito de documento será abordado de forma ampliada, segundo a perspectiva de Otlet (1934), Briet (1951) e Bravo (1991), e por isso, não aborda somente registros textuais, mais também a iconografia, filmografia, registros sonoros e documentos tridimensionais.

trajetória da instituição (TOTINI; GAGETE, 2004; ITAÚ CULTURAL, 2013).

Segundo o Itaú Cultural (2013) em uma instituição o CM visa: reunir, organizar, identificar, conservar e produzir conteúdo acerca da instituição, a fim de disseminar a documentação histórica aos seus colaboradores e a sociedade num todo. O CM gera produtos e serviços dialogando com o campo da gestão do conhecimento, da comunicação e da cultura institucional.

Dessa forma, a constituição do CM em uma instituição contribui em vários aspectos positivos, tais como: o fortalecimento do compromisso da instituição com as responsabilidades sociais e a disseminação para seus colaboradores de sua cultura, uma vez que abrange toda instituição.

Sendo assim, os CM apóiam de forma direta e indireta a gestão no contexto institucional, visto que representam uma fonte de informação confiável, produzida e preservada pela própria instituição. O acervo possibilita a interação entre os diversos setores na medida em que os documentos servem de base para a criação de produtos e serviços, bem como para o desenvolvimento de pesquisas e projetos (ITAÚ CULTURAL, 2013).

O investimento em memória em uma instituição revela o que a torna diferente das demais, pois sua trajetória histórica e seu patrimônio são únicos. Investir em memória representa uma parcela significativa do conjunto de ações que contribuem para o fortalecimento das instituições na sociedade contemporânea.

Além disso, o investimento em memória no contexto institucional versa também em ações de educação, seja por meio de atividades de cunho patrimonial sobre temas relacionados à cultura da instituição, seja por meio de palestras de conscientização sobre a preservação de bens culturais (ITAÚ CULTURAL, 2013).

Um CM no contexto institucional precisa contribuir para a construção de uma memória, e permitir que a identidade da instituição seja constantemente atualizada e gerida. Por ser um lugar de memória que retrata a história da instituição, este precisa ser “[...] um lugar dinâmico e vivo, não sendo, portanto, um depósito de documentos e muito menos uma iniciativa de cunho passadista” (NEVES, 2006, p. 6). Assim sendo, no contexto institucional o CM é um serviço que permite a experiência de uma memória comum, tanto no que diz respeito à história da instituição quanto no que se refere à articulação dessa memória com a sociedade.

Tendo em vista, o CM e o papel deste no contexto institucional esta pesquisa têm como objetivo propor diretrizes para a criação de um CM em uma instituição de segurança pública nacional - Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal (ANPRF), no intuito que este assuma conceitualmente um lugar de memória segundo a perspectiva do sociólogo francês Pierre Nora (no tríplice sentido): um espaço físico de indícios de memória(s); um lugar cuja função é produzir memória(s); e um lugar simbólico da memória institucional. Portanto, o problema dessa pesquisa aborda a seguinte questão: **Quais documentos devem compor o acervo do Centro de Memória da ANPRF?**

Nesta direção, para nortear o desenvolvimento desta pesquisa, trabalhou-se com o seguinte objetivo geral, propor diretrizes para a criação do CM da ANPRF. Para o alcance deste objetivo, esta pesquisa orientou-se também pelos seguintes objetivos específicos:

- a) Conhecer a estrutura institucional da ANPRF;
- b) Identificar os setores na ANPRF que produzem documentos;
- c) Identificar os documentos representativos à memória da ANPRF.

O interesse por essa pesquisa tem por origem a discussão do tema memória(s) na disciplina - Informação, Sociedade e Memória, somada a proposta do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) - propor soluções para problemas concretos de gestão de unidades de informação. Ainda, pautado em convênio em andamento entre a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a ANPRF na busca de soluções de gestão da informação nesta instituição de segurança pública.

Outro fator que colaborou para o interesse dessa pesquisa é que a memória institucional tem ganhado cada vez mais espaço nas pautas de gestão das instituições no Brasil. Percebe-se a partir de um breve levantamento realizado na rede internet, que as instituições dos mais variados setores da economia vem desenvolvendo projetos e ações relacionados à memória, visto que, além de demonstrar a responsabilidade social que a instituição tem, a memória no contexto institucional contribui para o fortalecimento da identidade, reforçando assim os elos com a coletividade e seus colaboradores.

Espera-se que esta pesquisa propicie a criação de um CM da ANPRF, a médio e longo prazo, com a finalidade de tornar acessível à sociedade seus documentos ao longo de sua história, que revele a trajetória da instituição ao longo do tempo.

A relevância desta pesquisa reside ainda na contribuição teórica e prática para a área da Ciência da Informação (CI), mais especificamente, para a área da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia por discutir e abordar questões sobre a temática da memória, assunto cada vez mais atual em discussão pelos profissionais da área.

Em suma, esta pesquisa visa a refletir sobre o papel da memória no contexto institucional, além de servir como base para a construção de CM em instituições.

Para além destas questões, investigar e propor a criação de dispositivos culturais com ênfase na construção e preservação da memória se mostrou um desafio não calculado ao aceitar a proposta em alterar o tema de pesquisa inicialmente apresentado na seleção para o Programa em 2014. No entanto, circular em outros conhecimentos como as discussões sobre história e memória ampliaram o entendimento das possibilidades do campo da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, e por que não dizer da CI.

A presente dissertação é composta de seis sessões distintas, incluindo a primeira introdutória que apresenta além do problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa. A segunda e terceira sessão corresponde à fundamentação teórica, a qual serviu de base para o desenvolvimento desta pesquisa. A quarta sessão discorre sobre os procedimentos metodológicos. Na quinta sessão, descrevem-se os resultados obtidos, com base nos objetivos propostos. A sexta e última sessão destaca as considerações finais, sugestões e limitações desta pesquisa.

2 HISTÓRIA, MEMÓRIA E INFORMAÇÃO

“A memória é o segredo da história do modo pelo qual se articulam o presente e o passado, o indivíduo e a coletividade. O que parecia esquecido e perdido logo se revela presente, vivo, indispensável”.

Octavio Ianni

Nas últimas décadas, devido às características e as demandas de informação e conhecimento da sociedade, a memória adquire papel cada vez maior sob as mais variadas formas. Portanto, discutir sobre memória implica também em abordagens filosóficas, as quais estudam a memória como um fenômeno social.

Filosoficamente, a memória é tratada como a capacidade mental de armazenamento de informações, pelo conhecimento adquirido ao longo do tempo. Com base no Dicionário de Filosofia de Japiassú e Marcondes (2006, p. 183-184), a memória pode ser entendida como “a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto, como uma capacidade de evocar o passado através do presente”.

Atualmente, os campos científicos que estudam a memória contribuem de certa forma para a compreensão das características e dos problemas relacionados à memória social. No campo das Ciências Humanas as discussões referentes à memória referem-se à construção de identidades, visto que, a memória em si é um dos seus elementos constituintes (LE GOFF, 1990).

A memória contribui para a construção de identidades, na medida em que esta re-significa³ o passado. De acordo com

³Nesta pesquisa, será adotado o termo re-significa/re-significação como sinônimo de resgate. Salvo as citações diretas que serão descritas na forma fiel do texto citado.

Lowenthal (1998, p. 204), “[...] a identidade e memória estão indissociavelmente ligadas, pois sem recordar o passado não é possível saber quem somos. E nossa identidade surge quando evocamos uma série de lembranças”.

Dessa forma, a identidade se coloca como um marco próprio de seu tempo, a qual sofre transformações à medida que o tempo passa. Conhecer a história imediata que foi vivida tende-se a re-significação da memória - um diálogo entre o passado/presente - que visa a projetar o futuro.

A memória remete para uma nova (re) interpretação, pois à medida que o tempo passa essa trás embutida uma nova forma de lidar com o presente. Isso acontece porque o “futuro” nos remete a lembrar o passado. Sendo assim, a memória não é um produto resultante do acúmulo de vivências, mas uma ação de auto-representação de uma sociedade. “Por isso, devemos conhecer o passado para entender o presente e construir o futuro” (FONTANELLI, 2005, p. 23).

Apesar das lembranças serem evocadas como um ato de sujeito (individual), relativamente íntimo (POLLAK, 1989), destaca-se como aporte teórico no desenvolvimento desta pesquisa sobre a memória como um fenômeno eminentemente coletivo que ultrapassa o plano individual.

Nessa direção, na compreensão de Halbwachs (2004)⁴, a memória individual está contida na memória coletiva, sendo, portanto, uma visão parcial acerca de determinado contexto social. Para esse autor, isto se consolida, porque o indivíduo isolado não forma lembranças, o indivíduo só é capaz de lembrar quando este se encontra inserido em um grupo de

⁴Sociólogo francês, discípulo de Durkheim, escreveu seus principais trabalhos entre as décadas de 20 e 40. Seu estudo estava voltado para as relações dinâmicas entre as classificações sociais e mentais. Contribui para a compreensão da especificidade e singularidade dos grupos sociais, em diferentes épocas. Sua obra com maior destaque permeia o estudo do conceito de memória coletiva.

referência⁵ e mantém a interação para com outros indivíduos acerca de determinado contexto.

Essas interações estabelecidas entre o indivíduo e o grupo de referência criam as chamadas relações sociais e sucessivamente uma comunidade de afeto, um elo de sentimento que permite a identificação do indivíduo para com o grupo de referência, no qual se encontra inserido pela vivência. A vivência em grupo pode ser reconstruída pela lembrança, o ato de lembrar (HALBWACHS, 2004).

Ainda neste raciocínio, para Halbwachs (2004), o ato de lembrar visa o reconhecimento e a reconstrução que atualiza as relações sociais. Assim, é reconhecimento na medida em que porta um sentimento do já visto - capacidade de armazenar informações do passado sob determinado contexto social, e uma reconstrução porque visa à re-significar determinado contexto social sob preocupações e interesses atuais. Esse autor destaca que a reconstrução da memória ocorre pelo processo de seleção, uma vez que a lembrança em si é um processo incompleto e parcial, que revela mais as preocupações e interesses atuais do que sobre o passado em si.

Isso ocorre porque é impossível lembrar todos os eventos vividos no passado. Por isso “[...] recorreremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação” (HALBWACHS, 2004, p. 54). No entanto, não é qualquer testemunho que pode servir para o processo de reconstrução da memória,

Para que nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos, também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos

⁵Grupo do qual o indivíduo faz parte e/ou com o qual se identifica, mantendo pensamentos comuns (HALBWACHS, 2004).

pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2004, p. 39).

Assim sendo, a memória individual é constituída com/ou na intersecção da memória coletiva pelas lembranças dos indivíduos que se encontram inseridos no grupo de referência dos quais participa e/ou sofre influência. No coletivo, a memória está em quadros sociais comuns, sobre a formação das lembranças dos indivíduos pelo seu compartilhamento. É como se fosse um acervo de lembranças. A lembrança é o que constitui a memória do grupo de referência e que cria a identidade deste, revelando seu modo de vida (suas raízes, seus costumes e valores) e sua relação com o tempo/espço.

Portanto, a memória é uma forma de representação da sociedade, a qual demonstra o conjunto de bens materiais e/ou imateriais, intelectuais ou culturais esquecidos, armazenados e selecionados por determinado grupo social. Assim, as representações sociais são discursos memorialísticos produzidos, onde a memória faz lembrar e esquecer fragmentos da história.

É neste sentido, que a memória é o alicerce para a constituição de um CM, visto que, contribuir para o sentimento de pertinência a um grupo de passado comum. A memória garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo, no campo simbólico. Em suma, a memória traduz informações e abarca períodos sobre determinado contexto social, mediante uma necessidade do tempo-presente.

Para tanto, novas abordagens enfatizam o diálogo construtivo entre a memória e a história, portanto, como processos interligados e complementares. Nesta perspectiva, apresenta-se a seguir, os conceitos de memória e história a

partir de diversos autores, os quais contribuem para a temática desta pesquisa.

2.1 MEMÓRIA E HISTÓRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

São inúmeras as discussões acerca da memória e da história, já que ambos os conceitos apresentam semelhanças e utilizam-se da mesma matéria prima - o passado, na inflexão que se constitui no tempo/espaço. Desde já, é oportuno atentar que de fato, a memória e a história são coisas distintas e geram espaços de saber diferenciados, apesar de serem processos interligados e complementares.

De acordo com Le Goff (1990, p. 8-11), “[...] a memória é a produção do passado que deve ser transportada para o presente, enquanto a história é a ciência da evolução das sociedades humanas, que faz o elo entre o passado e presente”. Complementando, Pinto (2001) enfatiza que a história é difícil de ser conceituada, porém, a mesma se resume como investigação da ciência dos homens no tempo, pois na história o passado é estudado racionalmente e transformado em conhecimento, enquanto que na memória o passado é re-significado com base em fatos vividos.

Dessa forma, a memória pode ser compreendida como as formas que remetem ao passado, no qual determinado fato é re-significado pela vivência, enquanto que a história como ciência da evolução da sociedade, a qual tem por objetivo discutir, analisar e interpretar os fatos, a fim de possibilitar a explicação do universo social (em que estamos inseridos) e sucessivamente transformar tais informações em conhecimento, pode ser entendida como o alicerce da memória.

Na visão de Le Goff (1990) e Pinto (2001), a história em si não estabelece como os fatos realmente aconteceram. É por meio da memória, da lembrança - do ato de rememorar, por meio do relato, da narração e do testemunho que a história é

interpretada e conhecida. Neste sentido, um dos elementos que diferencia a memória da história de forma notória condiz com a permanente renovação da lembrança.

Nesta perspectiva, da permanente renovação da lembrança Halbwachs (2004) propõe diferenças entre a memória e a história. Para esse autor, a condição necessária para que exista memória é o sentimento de continuidade presente naquele que se lembra.

A memória não faz corte ou ruptura entre passado e presente porque retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. [...] na história se tem a impressão de que, de um período a outro, tudo é renovado, interesses em jogo, orientação dos espíritos, maneiras de ver os homens e os acontecimentos, tradições também e perspectivas para o futuro, e que se, aparentemente reaparecem os mesmos grupos, é porque as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes e também da natureza geral das sociedades, subsistem [...] (HALBWACHS, 2004, p. 81-82).

Para Halbwachs (2004) a história não é memória pelo fato de haver uma descontinuidade entre quem a lê e os grupos, testemunhas dos fatos narrados. Portanto, há um distanciamento da história em relação aos grupos e a divisão do tempo histórico em fatos pontuais. É como se afirmasse que a história fragmenta o tempo. Para esse autor, a história se põe fora dos grupos e acima deles. Assim sendo, a memória e história, longe de serem sinônimos, opõem-se uma à outra.

Halbwachs (2004) acredita que a história começa justamente onde a memória acaba e a memória acaba quando não tem mais como suporte um grupo. Para o autor, a história é escrita e impessoal, pois as construções dos grupos desaparecem para ceder lugar a outros, que a escrita não os

registrou. A memória é a “história viva e vivida que permanece no tempo, renovando-se. [...] é a possibilidade de recolocação das situações escondidas que habitam na sociedade profunda, na sensibilidade” (HALBWACHS, 2004, p. 67-68).

Ao encontro do pensamento de Halbwachs (2004) acerca do que venha a ser a memória, Nora (1993) enfatiza que a memória é um processo em evolução permanente, sempre atual, conduzido por grupos vivos no presente. A memória emerge de um grupo que ela une.

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Em contrapartida, para Nora (1993) a história é registro, crítica e reflexão, pois é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, é representação do passado.

A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

Freitas e Braga (2006), por sua vez, afirmam que a memória deve ser um processo complexo, passivo e ativo da releitura dos fatos, não sendo somente um processo parcial, reduzido e limitado a ordenação de fatos passados, pois a memória apóia-se na construção do presente para a re-

significação do passado dos diferentes grupos sociais, com base em suas tradições e mudanças.

Assim, torna-se impróprio o uso como sinônimo da palavra história para a palavra memória, pois como representação social a memória reforça a construção de identidades, seja coletiva ou individual, enquanto a história é uma forma intelectual de conhecimento. Em suma, a memória é o objeto de análise e estudo da história (MENESES, 1992).

Sob o ponto de vista de Lowenthal (1998), a memória difere da história não apenas no modo como o conhecimento do passado é adquirido, mas como é transmitido, preservado e alterado. A memória re-significa o passado, com o intuito de enriquecer e manipular o presente, enquanto a história visa a preservar o conhecimento passado e produzir novos conhecimentos. Assim sendo, a memória elabora a história ao interpretar fragmentos e sintetizar relatos de testemunhas oculares do passado.

Segundo Lowenthal (1998, p. 166)

[...] memória, história e fragmentos oferecem caminhos para o passado que se percorrem melhor quando combinados. Cada caminho exige os outros para que a jornada seja significativa e confiável. As relíquias dão início às recordações que a história confirma e expande recuando no tempo. A história em isolamento é estéril e desprovida de vida, fragmentos significam apenas o que a história e memória transmitem. De fato, muitos artefatos surgiram como testemunhas da história ou da memória.

Para Lowenthal (1998) a memória é subjetiva e um processo por meio do qual revela o passado com base no presente, enquanto a história é o conhecimento intencional produzido. Para entendermos melhor o que vem a ser a memória o autor enfatiza que,

[...] longe de simplesmente prender-se a experiências anteriores, a memória nos ajuda a entendê-las. Lembranças não são reflexões prontas do passado, mas reconstruções ecléticas, seletivas, baseadas em ações e percepções posteriores e em códigos que são constantemente alterados através dos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo à nossa volta [...] (LOWENTHAL, 1998, p. 103).

Portanto, a história além de ser um saber científico, procura analisar e interpretar de forma crítica os fatos, a fim de preservar o passado e produzir novos conhecimentos, enquanto a memória é o instrumento utilizado pela história que da vida às produções culturais, significando momentos e experiências para os grupos sociais. Em suma, a história utiliza-se da memória para re-significar um fato, um determinado contexto social.

Neste sentido, a seguir, será abordada a necessidade de criar lugares de memória, no cruzamento desses dois movimentos, memória e história.

2.2 OS LUGARES DE MEMÓRIA

A expressão “lugares de memória”⁶ foi criada pelo sociólogo francês Pierre Nora mediante as profundas transformações ocorridas na sociedade contemporânea, as

⁶Pierre Nora criou a expressão “lugares de memória” mediante seus estudos sobre memória e identidade na França. Inicialmente, a expressão foi debatida em Paris entre os anos de 1979 á 1981, em um seminário à École des Hautes Études en Sciences Sociales. O seminário tinha por objetivo refletir sobre a realidade política e cultural devido os novos desafios do mundo globalizado, para tal, foram utilizados objetos materiais e imateriais que representavam a memória nacional francesa, para então, estudar o sentimento nacional francês.

quais alteraram as relações tradicionais mantidas com o passado, ocasionando a ruptura de identidade.

Nora (1993) partilha do mesmo pensamento de Halbwachs (2004) que a memória coletiva ultrapassa o plano individual. Na visão do autor a memória é sempre construção dos grupos sociais, são estes que determinam o que é memorável, o que está vivo e presente no dia-a-dia. Isso porque, os símbolos e os suportes da memória coletiva são as únicas formas da preservação da memória humana.

De fato, para Nora (1993) a memória não é somente aquela que está com e nas pessoas, mas também nos símbolos e suportes que exprimem a memória. É nesta perspectiva, que o autor enfatiza que os lugares de memória são criados para preservar vestígios do passado e do presente que revela um determinado contexto social. Por isso, para o autor os lugares de memórias são criados mediante três sentidos: material, funcional e simbólico.

Os lugares de memória são criados sob a perspectiva material, porque a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos, são lugares criados sob a perspectiva funcional porque mantém a função de produzir memória pelo alicerce da memória coletiva, e, ainda, são lugares simbólicos porque a memória coletiva se carrega de sentidos, se revela e se expressa. De acordo com Nora (1993, p.21),

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo externo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e

serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança.

Em suma, para Nora (1993) os lugares de memória são espaços criados onde o indivíduo se identifica e se reconhece como agente. Espaços onde a ritualização de uma memória e história ressuscita a lembrança. Neste sentido, para esse autor os lugares de memória são um misto de história e memória, pois

Nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais, [...] são rituais de uma sociedade sem ritual [...] (NORA, 1993, p. 11-13).

Assim, os lugares de memória não visam somente à história porque já houve uma ruptura com o tempo, porque é algo que não existem mais, que já foi reconhecido, registrado e arquivado. Também não é somente memória, porque esta não se consolida como algo isolado. A memória surge para identificar determinado contexto social, mediante uma necessidade do tempo-presente.

Nora (1993) acredita que a memória é um aporte para re-significação da história, visto que, a memória é tradição, a qual porta herança, que dá sentido e forma, enquanto, que a história é correlato opositor, a qual separa e seleciona os fatos. Neste contexto, “[...] a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. A história só liga as continuidades temporais, as evoluções, e as relações das coisas” (NORA, 1993, p. 9).

É neste segmento, que Nora (1993) atenta para a questão da institucionalização dos lugares de memória como um entrecruzar dos dois movimentos, memória e história. Para

o autor, no momento em que a tradição da memória, enquanto processo experimentado e vivenciado coletivamente começa a se esvaír, é preciso criar marcos para ancorar essa nova memória. Por isso, é necessário partilhar com toda a sociedade os caminhos que já foram trilhados. É neste sentido, que criar espaços para memória no contexto institucional, isto é, um CM, torna-se relevante.

Entretanto, para a fundamentação da memória no contexto institucional compreende-se que áreas da CI, como a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia em conjunto com as áreas, como da Sociologia e Antropologia, contribuem para consolidação deste espaço. Neste sentido, apresenta-se na próxima sessão a CI.

3 NA CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGOS ENTRE INFORMAÇÃO E DOCUMENTO

“Assim como Teseu, na passagem da informação para o conhecimento, devemos percorrer infindáveis labirintos de informação estocada, labirintos físicos, labirintos digitais, labirintos da nossa memória”.

Aldo de Albuquerque Barreto

A Ciência da Informação (CI) é uma ciência antiga, porém seu ápice ocorreu a partir do fim dos anos de 1950, devido o aumento vertiginoso da produção de informações, decorrente do avanço científico e tecnológico, que se seguiu na Segunda Guerra Mundial como consequência da necessidade de novas descobertas entre as duas grandes potências, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as quais buscavam desenvolver seus conhecimentos nas mais variadas áreas.

Segundo Saracevic (1996) e Miranda (2002) a CI desenvolveu-se historicamente no período em que os problemas relacionados à informação (registro, controle e transmissão) oriundos da explosão informacional modificaram completamente sua relevância para a sociedade, evidenciando, o quão é importante reunir, organizar e tornar acessível todo conhecimento humano produzido.

Para tanto, Silva e Freire (2012) salientam que além dos aspectos sociais, oriundos do avanço científico e tecnológico, outro fator que contribuiu para o advento da CI na sociedade foram os acontecimentos institucionais técnico-científicos, tais como a: I Conference International of Bibliography, realizada em 1895 e a Conference no Institute of Technology na Georgia, em 1962.

A I Conference International of Bibliography foi importante para CI porque originou o Institute International of Bibliography (IIB)⁷, proposto por Paul Otlet e Henri La Fontaine, o qual permeou a criação da área da Documentação⁸ e alavancou o entendimento sobre informação nesta área do conhecimento.

A Conference no Institute of Technology merece destaque porque de acordo com alguns autores, como Fonseca (2005) foi o que originou formalmente a CI, como área do conhecimento ligada aos princípios e práticas da criação, organização, transmissão e recuperação da informação, que investiga as propriedades, o comportamento, as forças que governam o fluxo da informação, a fim de seu uso e da acessibilidade.

Borko (1968, p. 1-2), define a CI como:

Disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima. Está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação.

Capurro e Hjørland (2007) apresentam um conceito mais atual, que além de perpetuar os princípios e práticas da criação, organização e transmissão da informação, abordam

⁷O IIB foi criado afim estabelecer a compilação internacional da informação bibliográfica. Teve seu nome alterado para Institute International of Documentation (IID) em 1931, e para Fédération International of Documentation (FID) em 1937. A partir de 1986, recebeu a nomenclatura de Fédération International of Information and Documentation (FIID), utilizada até os dias atuais.

⁸A área da Documentação foi criada oficialmente por Otlet em 1934.

também, a questão do uso das tecnologias em prol do conhecimento comum. Para os autores, a CI

[...] se preocupa com a geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, com ênfase particular, na aplicação de tecnologias modernas nestas áreas. Como uma disciplina, procura criar e estruturar um corpo de conhecimentos científico, tecnológico e de sistemas, relacionado à transferência de informação (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 186).

Essa ligação inexorável com a tecnologia, além da participação ativa e deliberada na evolução da sociedade é considerada por alguns autores, como para Saracevic (1996) duas das três características fundamentais que formam a CI. A terceira característica apontada entre os autores é a interdisciplinaridade, a qual é presente desde os postulados da criação da Documentação.

De maneira simplificada, a CI é uma ciência interdisciplinar, pois se ocupa dos aspectos teóricos e práticos de outras áreas do conhecimento, que mantém como objeto de estudo a informação, bem como sua transferência. Nesta perspectiva, a CI é compreendida como um grande “leque”, sob as quais outras áreas do conhecimento se encontram, como por exemplo: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Para tanto, o estudo da CI nos remete a duas definições quando relacionadas ao CM: informação e documento, conforme será exposto a seguir.

3.1 INFORMAÇÃO E DOCUMENTO

A informação possui uma variedade de conceitos no contexto técnico-científico. Cada área do conhecimento atribui um significado para a informação, a partir de seus princípios,

teorias e prática. Essa diversidade de sentidos para a informação é o que denota a interdisciplinaridade, o que sinteticamente, traduz o diálogo da área da CI com as demais áreas do conhecimento.

Em virtude da interdisciplinaridade, na CI não há definição precisa para a informação entre os estudiosos, ou seja, o conceito de informação não se admite isoladamente, pois está intrinsecamente conectado a outros conceitos.

Em caráter preliminar, o que se pode afirmar é que a informação na CI é tratada a partir de três abordagens: cunho epistemológico, cunho técnico e cunho social. Pinheiro (2004) salienta que tais abordagens se consolidam a partir da estrutura, conhecimento, mensagem, significado, efeito ou processo na qual está inserida a informação.

O Quadro 1, a seguir, visa demonstrar os diversos sentidos empreendidos na CI para a informação. Os sentidos expostos não representam a quantidade totalizante na CI, mas uma parte expressiva da qualidade conceitual.

Quadro 1 – Conceitos empreendidos na CI para a informação.

Autor	Conceito	Ano
Paul Otlet	Todo registro do pensamento humano.	1934
Suzanne Briet	Todo registrado físico intelectual, que pode representar, reconstruir ou provar um fenômeno.	1951
Jesse Shera	Trindade do atomismo, significando a operação tecnológica, do conteúdo, sendo aquilo que é transmitido, e do contexto, como o ambiente social e cultural, que define as características dos dois primeiros aspectos.	1971
Bertram Brookes	Elemento que promove transformações nas estruturas do indivíduo, sendo essas estruturas de caráter subjetivo ou objetivo.	1980
Robert Hayes	Propriedade dos dados resultante de ou produzida por um processo realizado sobre os dados.	1986
Tefko Saracevic	Conjunto de mensagens consolidadas.	1986

Michel Buckland	Como processo (ato de informar); como conhecimento (comunicação) e como coisa (atribuído para objetos).	1991
Gernot Wersig	Conhecimento em ação.	1993
Yves-François Le Coadic	Conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual.	1996
Maria Nélide González de Gómez	Como objeto cultural, que se constitui na articulação de vários estratos (linguagem, sistemas sociais e sujeitos/instituições).	2000
Fernanda Ribeiro	Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas em qualquer suporte material e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada.	2002
Birger Hjørland	No âmbito da análise de domínios e comunidades discursivas.	2002
Aldo de Albuquerque Barreto	Estruturas simbólicas significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo e na sociedade.	2002
Chun Wei Choo	Recurso em instituições; como o resultado de pessoas construindo significado a partir de mensagens e insinuações.	2004
Miguel Angel Rendón-Rojas	Ente ideal (abstrato), construído com base em características secundárias dos signos.	2005
Bernd Frohmann	Materializada através da investigação do papel da documentação na criação de tipos ou categorias; informação materializada por meios institucionais e tecnológicos.	2008

Fonte: Adaptada de Silva e Gomes (2015).

A concepção de documento na CI tem como principais representantes: Paul Otlet com a sua respectiva obra: *Traité de documentation*⁹, publicada em 1934 e Suzanne Briet¹⁰ com sua

⁹Obra que expressa o pensamento de Paul Otlet sobre a organização e o acesso ao conhecimento, que apresenta a primeira sistematização da Documentação como resultado sobre o trabalho realizado no IIB.

obra intitulada: *Qu'est-ce que la documentation?*, publicada em 1951. Tais obras são consideradas por autores como Frohmann (2007) a primeira introdução compreensiva do estado de informação como fenômeno social.

Otlet (1934) partiu do pressuposto de que o documento em todos os lugares é como uma força social, isto é, representante de todo o registro do pensamento humano, do processo de comunicação a transmissão de conhecimentos.

Otlet (1934) trabalha a noção de documento a partir de novas possibilidades, o que permitiu a “[...] abrangência de precedentes para pensá-los como informação fixada em diferentes suportes e a partir do seu papel social” (CRIPPA; MOSTAFA, 2011, p. 41). Para esse autor os documentos não se restringem a registros textuais, pois representam um objeto e expressam uma ideia por meio de sinais gráficos (escrita, diagramas, mapas, algarismo, símbolos) (FONTANELLI, 2005).

Briet (1951) associa o documento á estruturas físicas e abstratas, isso porque, o objeto físico é como um antílope, que podem ser documentos. A autora parte do pressuposto, que os seres e as coisas mostram sua documentalidade na medida em que são relacionados ou associados a outros e por alguém, pois acredita que o documento é “indício concreto ou símbolo, conservado ou registrado com o fim de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico intelectual” (BRAVO, 2002, p. 92, tradução nossa).

Essa abrangência de tipos documentais¹¹ proposta por Otlet (1934) e Briet (1951) vem ao encontro dos princípios e objetos da Nova História, mais precisamente, da História Cultural que começou a ser difundida mundialmente a partir

¹⁰Bibliotecária, Historiadora, feminista, considerava a definição de documento como central para compreensão da atividade bibliográfica conhecida como Documentação.

¹¹Nesta pesquisa, os tipos de documentos não tratam da tipologia documental, utilizada na área da Arquivologia.

dos anos de 1930. Segundo Pesavento (2004) a História Cultural é uma abordagem da História advinda da vertente Neomarxista Inglesa e da História Francesa dos *Annales* resultando em um impulso de renovação da área da História denominada, por exemplo, por Burker (2008), como Nova História Cultural. Já a corrente francesa denomina História Cultural.

Em suma, a abordagem da História Cultural compreende os processos históricos pensados de forma mais ampla, a partir de múltiplos olhares. Busca-se compreender as diversas formas como a sociedade pode falar de si mesma, por isso, a noção de documentos ampliam-se, perpetuando também os objetos da cultura material oriundo da cultura popular.

Segundo Le Goff (1990) o alargamento daquilo que se entendia como documento ocorreu de maneira qualitativa e quantitativa. Para o autor a história tradicional que se pautava nos feitos dos grandes homens na história política, diplomática e militar, que buscava nos registros textuais revelar como realmente os fatos aconteceram, amplia-se inovando o espírito do historiador, focalizando a relação entre o individual e o coletivo, passando a considerar toda a atividade humana e a preocupar-se mais com a análise das estruturas na sociedade, com os sistemas de valores e os modos de vida dos diversos grupos sociais.

Isso se deve para Le Goff (1990), porque “[...] a história faz-se com documentos escritos sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode ser fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem” (FEBVRE, 1949, p. 428 apud LE GOFF, 1990, p. 490), pois para, o autor documentos são “signos”, que representam a ação humana.

Chartier (1990) compreende que as representações constroem sentido as práticas sociais, visto que nenhum texto traduz a realidade em sua totalidade. Em suma, as representações visam a “[...] esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o

outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Neste raciocínio, as representações substituem o mundo real, e para Pesavento (2004, p. 39), mesmo sendo “[...] construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência”. A autora destaca que cada grupo social possui conjuntos de práticas, que os descrevem. As práticas são as expressões das representações, as quais formam uma “[...] realidade paralela à existência dos indivíduos, e fazem os homens viverem por elas e nelas” (PESAVENTO, 2004, p. 39).

É nesta perspectiva, que para Le Goff (1990) o documento é um monumento por resultar do esforço das sociedades, determinando sua própria imagem. Para esse autor o monumento é todo legado da memória coletiva, “[...] é tudo aquilo que pode evocar passado, perpetuar a recordação [...]” (LE GOFF, 1990, p. 486).

Ainda segundo Le Goff (1990) os documentos devem ser considerados monumentos porque antes de informar, possui uma forma, que, além de ensinar, tem a capacidade de impressionar. Essa impressão é o que reflete a memória por excelência, que traduz os bens culturais expressos na sociedade.

Assim, a CI não estuda apenas os documentos que resultam registros textuais, mas os diversos tipos de documentos que representam a evolução da humanidade, quais emergem novos saberes, que representam os bens culturais e materiais.

Neste sentido, na CI o conceito de documento é trabalhado de forma ampliada, abrangendo documentos arquivísticos, bibliográficos e museólogos, conforme será exposto a seguir.

3.2 O DOCUMENTO NA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

A Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia são áreas convergentes da CI, que mantém em comum as finalidades que se destinam (recolher, tratar, transferir e disponibilizar a informação) e papel que ocupam no processo sócio-cultural na sociedade, dado visto, que preservam a memória e o patrimônio histórico das nações, pela guarda de documentos.

Para tanto, a diferença entre a área da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia reside entre os tipos de documentos, pela forma e função que estes são criados e armazenados, ou seja, preservados. Neste sentido, torna-se evidente, a abrangência do que seja o documento nessas áreas, isto é, no arquivo, na biblioteca e no museu.

De maneira simplificada, os arquivos são instituições, que surgem por motivos funcionais, administrativos e legais, a fim de provar, de evidenciar alguma coisa, no âmbito da instituição a qual serve, em função de suas atividades (BELLOTO, 2006).

De acordo com Delmas (1996, p. 439, tradução nossa), a definição clássica de documento de arquivo condiz a:

Um documento que, independentemente da forma ou suporte físico, foi criado ou recebido por um único indivíduo ou por uma instituição em um determinado momento, no decurso de, e para a execução de, suas atividades habituais.

Assim sendo, a natureza do documento de arquivo não é determinada pela forma e suporte físico, mas pela finalidade, conforme afirma Paes (2006, p. 26) ao intensificar que o documento de arquivo consiste no “[...] registro de uma informação independente da natureza do suporte que a contém [...], o que vale é o conteúdo”.

Neste sentido, Camargo (1998, p. 170) salienta que o “documento arquivístico não dispõe de autonomia, nem prescinde da relação que mantém com seu contexto de origem”, dado visto, que o que importa na documentação arquivística é “o vínculo orgânico entre o documento e a ação que nele se materializa a título de prova ou evidência”, diferente do documento de biblioteca, que visa instruir e ensinar.

De acordo com Belloto (2006) o documento de biblioteca é resultado de uma criação artística, técnica, científica e humanística, por isso, engloba registros bibliográficos (tais como: livros e artigos), sejam eles impressos ou manuscritos e no formato eletrônico, bem como materiais audiovisuais.

Belloto (2006) destaca que a instituição biblioteca é um órgão colecionador, que surge para fins didáticos. A autora acrescenta que nesta instituição o material é classificado segundo a natureza e às áreas do conhecimento.

Assim, como as bibliotecas o museu é também um órgão colecionador, porém surge para fins educacionais e culturais. O documento de museu origina-se da criação artística ou da cultura material de um grupo e representa uma época ou atividade, por isso, englobam registros textuais e objetos tridimensionais, sob os mais variados tipos, formas e dimensões (BELLOTO, 2006).

Em suma, o museu é uma instituição que representa a memória social, do sujeito homem - a cultura, o modo de agir e pensar em determinado tempo\espaço. Belloto (2006) destaca que esta instituição classifica o seu material segundo a natureza, recorte de tempo e assunto.

O Quadro 2, a seguir, visa demonstrar de forma simplificada como é abordado o documento na área da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, isto é, no arquivo, na biblioteca e no museu.

Quadro 2 – Arquivo, biblioteca e museu: o documento.

	Arquivo	Biblioteca	Museu
Finalidade	Prova e evidencia.	Didática.	Educacional e cultural.
Origem dos Documentos	Atividades administrativas e legais.	Criação artística, técnica, científica e humanística.	Criação artística e cultura material.
Tipos de Documentos	Registros textuais.	Registros bibliográficos e materiais audiovisuais.	Registros textuais e objetos tridimensionais.
Classificação do Material	Conteúdo.	Natureza e área do conhecimento.	Natureza, recorte de tempo e assunto.

Fonte: Adaptada de Belloto (2006).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“[...] todo caminho investigativo é formado de perspectivas, possibilidades e descobertas que se organiza na medida em que cada pesquisador se compromete a desvendar facetas do objeto de investigação escolhido com a consciência de que não existe uma verdade única sobre os fatos. A pesquisa é a presença de possibilidades e olhares para a realidade”.

Pâmela Vicentini Faeti
Carolina Geiva Calsa

A pesquisa científica prima pela utilização de métodos e técnicas entendidos como procedimentos metodológicos. O método de pesquisa delineia a forma como a pesquisa é conduzida, a fim de evitar futuros erros e fornecer subsídios para decisões, com vista a atingir um objetivo. A técnica de pesquisa condiz à parte prática, a capacidade de utilizar os procedimentos e processos formulados no método (LAKATOS; MARCONI, 2010).

A escolha do método em uma pesquisa depende do problema de investigação, mais diretamente do objeto em estudo. Para responder a problemática desta pesquisa o objeto estudado foi a Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal (ANPRF) situada no município da grande Florianópolis/SC.

Quanto à natureza esta pesquisa caracteriza-se como teórica aplicada. Teórica uma vez que reuniu conhecimentos teóricos para solucionar o problema em questão - quais documentos devem compor o acervo do CM da ANPRF? E aplicada por gerar conhecimentos dirigidos à solução de questões específicas (SILVA; MENEZES, 2005), isto é, propor diretrizes para a criação do CM da ANPRF.

Em relação aos objetivos propostos esta pesquisa se configura como sendo exploratória e descritiva. Exploratória porque aprofundou o conhecimento acerca do problema a ser pesquisado e, descritiva por delinear o contexto em estudo.

A pesquisa exploratória visa a aprofundar o conhecimento acerca do problema a ser estudado para aprimorar uma ideia já evidenciada. Para tal, realiza-se “[...] descrições precisas da situação, a fim de descobrir as relações existentes entre os elementos componentes da mesma” (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 63).

A pesquisa descritiva tem como foco estudar os fatos e fenômenos do mundo por meio da observação, registro, análise e correlacionamento sem a interferência/manipulação do pesquisador, com o intuito de descrever um fenômeno ou situação sob determinado tempo/espaço (LAKATOS; MARCONI, 2010).

No que se refere à abordagem do problema esta pesquisa apresentou aspectos qualitativos porque tem por objetivos específicos re-significar o contexto em estudo segundo a perspectiva dos gestores envolvidos, sobretudo, identificar os tipos de documentos gerados pela instituição, representativos de sua memória.

De acordo com Figueiredo (2004, p. 107), as pesquisas que enfatizam aspectos qualitativos “[...] trabalham com dados não quantificáveis, coletam e analisam materiais pouco estruturados e narrativos que não necessitam tanto de uma estrutura”. Para tanto, “[...] o pesquisador procura captar a situação ou fenômeno em toda sua extensão” (ALVES, 2003, p. 56). Segundo Minayo (2001, p. 22), a pesquisa que se utiliza do aspecto qualitativo

[...] responde a questões particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com um universo de significações, motivos, aspirações, crenças,

valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para tanto, no âmbito da abordagem qualitativa, diversos métodos são utilizados de forma a se aproximar da realidade social, tais como: o estudo de caso que visa a analisar profundamente uma situação particular; a pesquisa etnográfica que viabiliza um determinado contexto observando o comportamento dos indivíduos; a pesquisa fenomenológica que visa a pensar sobre as experiências de vida dos indivíduos, acreditando na existência de uma essência que permeiam essas questões; bem como, a pesquisa documental que foi utilizada durante o desenvolvimento desta pesquisa.

De acordo com Bravo (1991), a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social.

Nesta perspectiva, foi abordado o primeiro objetivo desta pesquisa, visto que para identificar os diversos tipos de documentos produzidos pela ANPRF torna-se essencial conhecer sua estrutura institucional - a missão, a visão, os valores, os objetivos, os setores, entre outros, para além de seu organograma. Tais informações forneceram o panorama do funcionamento da instituição e serviram de base para a realização do segundo objetivo - identificar os setores na ANPRF que produzem documentos.

A multiplicidade e diversidade de documentos que estão no cerne da pesquisa documental, operaram com um conceito ampliado de documento, segundo a perspectiva de Otlet (1934) e Bravo (1991), e por isso, não abordam somente registros textuais, mas também objetos, tais como: a iconografia (fotos, slides e imagens digitalizadas); filmografia

(filmes e vídeos), registros sonoros (gravações, discos, CDs de som e fitas) e objetos tridimensionais (desde os mais canônicos, tais como: uma placa de prata comemorativa), os quais possam vir a contribuir para a re-significação da trajetória da ANPRF, para a constituição do CM.

Para tanto, as pesquisas que enfocam as transformações ocorridas sob a perspectiva humana enfatizam procedimentos metodológicos que dão a palavra aos agentes envolvidos. Neste sentido, destaca-se também como método de trabalho a história oral.

De acordo com Alberti (2005), a história oral é um método de pesquisa que proporciona o acesso a informações diretamente das fontes testemunhais, tal como, as colhidas pela técnica da entrevista. A história oral possibilita a re-significação de fatos vividos e/ou do qual se tem alguma informação, quer através do conhecimento construído ao longo do tempo, quer através das representações sociais enquanto conhecimento comum. Segundo Thompson (2002, p. 197),

[...] toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras na expectativa de atingir a verdade oculta.

Assim, ao utilizar a história oral como um método necessário para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se como instrumento para a coleta de dados a observação somada à entrevista semi-estruturada. Esta escolha ocorreu em função do terceiro objetivo - identificar os documentos representativos à memória da ANPRF.

Segundo Lakatos e Marconi (2010), a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Para execução desta pesquisa utilizou-se da

observação simples, que segundo autores é aquela em que o observador permanece alheio a comunidade, grupo ou situação que pretende observar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem.

Segundo Alves (2003), a entrevista semi-estruturada pode ser construída a partir de um rol de perguntas básicas, com a possibilidade de torná-la mais flexível, reajustando conforme a necessidade.

Nesta perspectiva, para Meihy (2000, p. 37-38) quando trabalhada a entrevista sob o método da história oral, “[...] as perguntas devem ser amplas sempre colocadas em grandes blocos de forma indicativa dos grandes acontecimentos e na seqüência cronológica da trajetória do entrevistado”.

A forma da entrevista foi prevista em um roteiro semi-estruturado de modo que se altera entre a livre abordagem do tema proposto e perguntas previamente formuladas (Apêndice A). As entrevistas foram realizadas na ANPRF, no dia e em horário escolhido de acordo com a preferência de cada participante. Para coleta de dados as entrevistas foram registradas em aparelho gravador de telefone celular e transcritas em sua totalidade.

A identificação dos tipos de documentos que devem ser preservados no CM da ANPRF se deu sob a perspectiva do grupo de gestores desta instituição, isto é, a partir da perspectiva de cada gestor responsável por cada setor que produz documentos. Assim, ao todo participaram desta pesquisa 3 gestores, dois do sexo masculino e um correspondente ao sexo feminino.

O pré-teste da entrevista foi aplicado a um gestor. Através dele, detectou-se a necessidade de reescrever algumas questões de forma mais simplificada, sem alterar o conteúdo e favorecendo a interpretação do entrevistado.

Ressalta-se que após a qualificação o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade do Estado de

Santa Catarina (UDESC) para devida apreciação e aprovação (Anexo A).

Os dados desta pesquisa foram tratados e analisados por meio da análise de conteúdo. A análise de conteúdo configura-se como fase de grande relevância no método da pesquisa documental, pois nessa etapa o conteúdo dos documentos é estudado de forma minuciosa. O pesquisador descreve e interpreta o conteúdo, a fim de buscar respostas à problemática que motivou a pesquisa.

De acordo com Franco (2003, p. 14), na pesquisa documental a análise do conteúdo enfatiza “[...] a expressão de representações sociais historicamente constituídas acerca da realidade social vivida por determinado grupo e expressas nos documentos por eles produzidos”. Complementando o raciocínio, Bardin (2004, p. 41) salienta que a análise de conteúdo é:

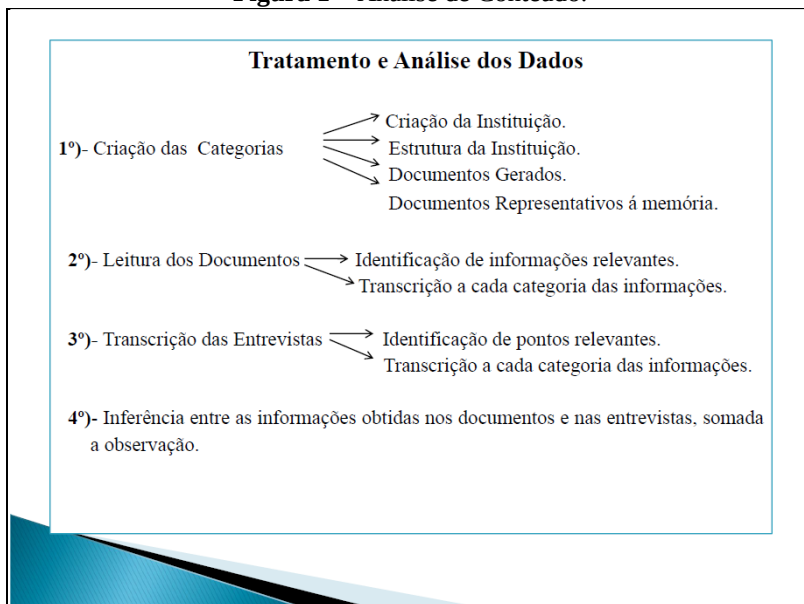
Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis indefinidas) destas mensagens.

Para Bardin (2004) a análise de conteúdo se concretiza a partir três fases, são elas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise visa o esquema de trabalho a ser seguido de forma organizada, embora os procedimentos sejam flexíveis. A exploração do material consiste na descrição analítica dos dados coletados, isto é, leitura do material para elaboração das categorias. E o tratamento dos resultados também chamado de interpretação referencial consiste finalmente na descrição dos dados brutos significativos.

Frente ao exposto, os dados foram tratados e analisados da seguinte maneira:

- a) No primeiro momento, foram criadas categorias a partir do roteiro de entrevista, para o agrupamento dos dados. As categorias não foram criadas necessariamente na ordem do roteiro de entrevista, mas sim, numa ordem coerente e organizada, a partir dos objetivos propostos nesta pesquisa. Assim sendo, foram criadas as seguintes categorias: Criação da Instituição, Estrutura da Instituição, Documentos Gerados e Documentos Representativos a Memória.
- b) No segundo momento, foram realizadas as leituras de toda documentação para identificação de informações relevantes, ao encontro dos objetivos propostos nesta pesquisa. As informações consideradas relevantes foram transcritas e inseridas a cada categoria.
- c) No terceiro momento, foram realizadas as transcrições exatas de cada entrevista, a fim de destacar os pontos relevantes. Os pontos considerados relevantes foram inseridos a cada categoria.
- d) No quarto e último momento, a partir das categorias, realizou-se a inferência entre as informações obtidas nos documentos e nas entrevistas, somada as informações obtidas pela observação. Essa ação foi o fio condutor para desenvolver as representações e o processo de transformação do objeto em estudo, isto é, da ANPRF.

A Figura 1, a seguir, demonstra de forma simplificada os procedimentos adotados para o tratamento e análise dos dados nesta pesquisa.

Figura 1 – Análise de Conteúdo.

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, os dados desta pesquisa foram apresentados na sequência dos objetivos específicos propostos, a partir das categorias criadas, atribuindo-lhes significado relevante. Para manter a integridade dos gestores participantes desta pesquisa, seus nomes não foram revelados. Nesta perspectiva, para cada gestor foi atribuído um número para sua identificação na apresentação dos dados, ou seja, os gestores foram identificados da seguinte forma: Entrevistado (1), Entrevistado (2) e Entrevistado (3).

5 A ACADEMIA NACIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL: SOB A ÓTICA DAS NARRATIVAS E UMA LEITURA DOCUMENTAL

“Vistas através das lentes do tempo, as instituições refletem as formalizações das culturas. [...] Ao contrário do que costumamos pensar, nós somos e fazemos nossas instituições. E a memória institucional é o reflexo dessa trajetória, não como mimesis, mas um cristal com suas múltiplas e infinitas facetas”.

Icléia Thiesen Magalhães Costa

Nesta sessão, apresentam-se os dados obtidos ao longo desta pesquisa. Conforme mencionado na sessão anterior, os dados foram obtidos a partir da análise dos documentos, das narrativas obtidas pelas entrevistas, somadas as informações obtidas pela observação.

Em suma, as narrativas possibilitaram conhecer o objeto em estudo de maneira detalhada, pois foram o alicerce para compreensão ampliada das informações obtidas nos documentos e pela observação.

Nesta direção, inicialmente apresenta-se a instituição da Polícia Rodoviária Federal (PRF), pois o objeto em estudo é parte integrante desta instituição de segurança pública nacional. No segundo momento, será apresentada a Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal (ANPRF), objeto de estudo desta pesquisa. Logo, serão apresentados apontamentos iniciais para a constituição de um Centro de Memória (CM), alicerce para a criação das Diretrizes do CM da ANPRF, produto final desta dissertação, conforme será exposto por fim.

5.1 POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Denominada inicialmente como “Polícia das Estradas” a PRF foi criada pelo presidente Washington Luiz em 24 de julho de 1928, pelo Decreto nº 18.323, o qual dispõe sobre o regulamento para a circulação internacional de automóveis, no território brasileiro e para a sinalização, segurança do trânsito e polícia das estradas de rodagem (POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, 2016). Este decreto regulamenta a partir de normas e condutas a PRF, especificando-a como órgão subordinado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)¹², atual Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Neste período, cabia a PRF a fiscalização das estradas de rodagem, com vista à promoção de medidas de segurança, comodidade e facilidade no trânsito.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a PRF passa a compor o Art. 144 da Carta Magna, sendo integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública (SNSP), tendo como missão o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Entretanto, é a partir da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, a qual versa sobre a organização da presidência da república, dos ministérios, e dá outras providências, que a PRF passa a ser subordinada ao Ministério da Justiça (Brasil)¹³, mantendo como missão garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e em áreas de interesse da União (POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, 2016).

As competências atribuídas a PRF são definidas pelo Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, a qual versa sobre o regimento interno do Departamento de Polícia

¹²Autarquia federal brasileira, existente entre os anos de 1937 e 2001. Durante os últimos anos de sua existência, estava vinculada ao ministério dos transportes.

¹³Órgão do Poder Executivo Federal, organizado e mantido pela União.

Rodoviária Federal (DPRF). O Art. 1º desta Portaria Ministerial atribui a PRF as seguintes competências:

I - preservar a ordem, a segurança pública, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, planejar e coordenar o policiamento rodoviário e executar operações relacionadas com os serviços de segurança pública, por meio do policiamento ostensivo das rodovias e estradas federais;

II - exercer os poderes de autoridade de trânsito, dentre os quais: atuar infratores, adotar medidas administrativas e aplicar penalidades; cobrar e arrecadar multas, taxas e valores, em razão da prestação dos serviços de apreensão, remoção e estadia de veículos, que se encontram irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados, na forma da legislação em vigor; realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, a escolta de veículos de cargas superdimensionadas, indivisíveis ou perigosas, podendo recolher os valores provenientes deste serviço; e realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

III - executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens;

IV - planejar e executar os serviços de prevenção de acidentes e atendimento a vítimas nas rodovias e estradas federais;

V - realizar levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, análise de disco diagrama, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias e estradas federais;

- VI - assegurar a livre circulação das vias, notadamente em casos de acidentes de trânsito e manifestações sociais e calamidades públicas;
- VII - elaborar o termo circunstanciado de ocorrências nas rodovias e estradas federais;
- VIII - manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;
- IX - executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;
- X - informar ao órgão responsável pela manutenção, conservação e sinalização das vias, sobre as condições de tráfego que possam comprometer a segurança do trânsito, solicitando e adotando medidas emergenciais à sua proteção;
- XI - promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como demais atividades de ensino, na área de competência do Departamento;
- XII - credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis, e de produtos perigosos;
- XIII - assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário competente a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança;
- XIV - planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de

Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente.

A PRF está presente em todos os estados brasileiros e é administrada pelo DPRF, com sede em Brasília. Os estados são divididos em unidades administrativas chamadas de “regionais”. As regionais que se concentram em estados maiores são denominadas de “superintendências”, as demais de “distritos”. Segundo o Entrevistado (1):

As regionais são divididas em delegacias, que coordenam os postos ou unidades operacionais da PRF. É uma espécie de base de fiscalização. [...] atualmente, são vinte e uma superintendências regionais, as quais se compõem de cento e cinquenta e uma delegacias. Os distritos regionais, em número são cinco ao total [...] e compreendem o estado do Distrito Federal, Tocantins, Amazonas, Amapá e Roraima.

A partir da fala do Entrevistado (1) acima e da análise da Portaria Ministerial nº 1.375 foi possível identificar os estados onde estão presentes as superintendências regionais e o seu o respectivo número de delegacias, conforme exposto no Quadro 2, a seguir.

Quadro 3 – Superintendências Regionais.

Estados Brasileiros	Nº Delegacias
Goiás	7
Mato Grosso	18
Minas Gerais	18
Rio de Janeiro	10
São Paulo	10
Espírito Santo	4
Paraná	7
Santa Catarina	8
Rio Grande do Sul	14
Bahia	10

Pernambuco	8
Alagoas	3
Paraíba	3
Rio Grande do Norte	4
Ceará	5
Piauí	5
Maranhão	5
Pará	5
Sergipe	2
Rondônia	5

Fonte: Dados da pesquisa.

A estrutura do DPRF tem sido ao longo do tempo, o instrumento interno que fornece os meios necessários ao exercício das competências legais da PRF. O DPRF mantém a seguinte estrutura: Gabinete (GAB), Corregedoria-Geral (CG), Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Rodoviária (CGPLAM), Coordenação-Geral de Operações (CGO), Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) e Coordenação-Geral de Administração (CGA). Com base na Portaria Ministerial nº 1.375, a seguir apresenta-se de forma simplificada, uma breve descrição dos setores que compreendem o DPRF.

O GAB tem como função assessorar o Diretor-Geral¹⁴ na gestão de suas operações e atividades diárias realizadas no âmbito da PRF. Os departamentos que compõem o GAB são: Coordenação de Apoio Administrativo (CAA) e Coordenação de Inteligência (COINT).

A CG tem como função assistir todas as atividades realizadas na PRF, nos diversos departamentos que compõem a instituição, a fim de verificar as condutas realizadas, adotadas pelos servidores. Quando necessário compete a CG corrigir condutas inadequadas. Os departamentos que compõem a CG

¹⁴É o comandante geral de todos os policiais federais. Delegado de polícia federal aprovado em concurso público, que tem pelo menos 15 (quinze) anos de carreira.

são: Divisão de Corregedoria (DICOR), Divisão de Fiscalização e Assuntos Internos (DFAI) e a Divisão de Gestão Correicional (DIGES).

A CGPLAM tem como função coordenar e supervisionar as atividades e projetos relativos à racionalização, modernização e reestruturação da PRF, garantindo perenidade ao processo de inovação tecnológica da gestão institucional em sintonia com as mudanças administrativas. Os departamentos que compõem a CGPLAM são: Núcleo de Planejamento Institucional (NUPLA), Divisão de Modernização e Tecnologias (DIMOT), Divisão de Projetos de Infraestrutura (DIPROJ), Divisão de Administração de Sistemas (DIASI) e a Divisão de Telemática (DITEL).

A CGO tem como função planejar, coordenar e executar atividades inerentes a mobilidade nas rodovias federais. Os departamentos que compõem a CGO são: Núcleo de Apoio Administrativo (NUAD), Coordenação de Controle Operacional (CCO), Divisão de Planejamento Operacional (DPO), Divisão de Multas e Penalidades (DMP), Divisão de Operações Aéreas (DOA), Divisão de Combate ao Crime (DCC) e a Divisão de Fiscalização de Trânsito (DFT).

A CGRH tem como função planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução de atividades financeiras relacionadas com a gestão de pessoal na PRF. Os departamentos que compõem a CGRH são: Coordenação de Ensino (COEN), Divisão de Recursos Humanos (DIREC), Divisão de Cadastro (DICAD), Divisão de Pagamento (DIPAG), Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais (DIAJU) e a Divisão de Saúde e Assistência Social (DISAS).

A CGA tem como função planejar, coordenar, normatizar e fiscalizar as atividades inerentes às áreas administrativas, orçamentária, financeira, de material, patrimônio, documentação, transporte, manutenção de veículos, serviços, zeladoria e vigilância prediais, compras e licitações, engenharia e telecomunicações. Os departamentos

que compõem a CGA são: Seção Orçamentária e Financeira de Pessoal (SOFIP), Divisão de Gestão Documental e Normatização (DINOR), Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário (DIPLAN), Divisão de Gerenciamento e Execução Financeira (DIGERE), Divisão de Patrimônio e Material (DIPAM), Divisão de Licitações, Contratos e Convênios (DICON), Divisão de Administração e Serviços Gerais (DISEG) e a Divisão de Documentação (DIDOC).

5.2 REVELANDO O OBJETO DE ESTUDO

A ANPRF foi criada em 07 de março de 2014, pelo Ministério da Justiça, através da Portaria Ministerial nº 55, de 28 de fevereiro de 2014, a qual considera o estabelecimento ANPRF no município de Florianópolis/SC, cuja função é a formação, treinamento e capacitação no ambiente pedagógico da PRF. De acordo com o Entrevistado (1):

A ANPRF foi criada mediante uma demanda de espaço para o desenvolvimento do curso de formação para o quadro de servidores da PRF, do concurso realizado no ano de 2013, que tinha mais de mil alunos. [...] até a criação da Academia os cursos de formação para policiais rodoviários federais eram realizados em diversos municípios do estado brasileiro. [...] a Coordenação de Ensino (COEN), órgão responsável pela execução do concurso na PRF solicitava a outros órgãos, como por exemplo: polícia militar, exército e até mesmo universidades, instalações físicas para realização dos cursos de formação.

A partir da fala do Entrevistado (1) acima e da Portaria Ministerial nº 1.375 foi possível verificar onde a ANPRF está vinculada no DPRF e entender sua estrutura. De maneira simplificada, ANPRF no DPRF está vinculada a Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH), na Coordenação de

Ensino (COEN), que mantém sob sua estrutura os seguintes departamentos: Divisão de Área Administrativa (DAA), Divisão de Educação Corporativa (DIDEC), Núcleo de Execução Administrativa (NUAD) e Núcleo de Formação, Qualificação e Requalificação Profissional (NUPROF).

Em suma, a COEN é responsável pelos cursos de formação de polícias rodoviários federais, o qual faz parte de uma das etapas que compreendem o concurso para PRF. Assim, a COEN tem por função planejar, organizar e supervisionar todas as atividades relacionadas ao ensino no âmbito da PRF. A partir da Portaria Ministerial nº 1.375, foi possível identificar as competências atribuídas a COEN, conforme exposto no Art. 42, compete a COEN:

- II - planejar, dirigir, coordenar, orientar, supervisionar e controlar as atividades de realização de concursos públicos, cursos de formação profissional, treinamentos, capacitações e registros funcionais;
- III - aprovar programas de concursos, cursos, estágios e outras atividades de ensino, observadas as normas em vigor;
- IV - expedir editais, portarias, instruções de serviço e ordens de serviço no âmbito de sua competência;
- V - decidir sobre os recursos interpostos em razão de concurso público;
- VI - analisar, elaborar, propor e promover a realização de estudos sobre as diretrizes e políticas do ensino;
- VII - propor e acompanhar contratos e convênios com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, das áreas de ensino e treinamento, promovendo o intercâmbio de pesquisas, acesso aos bancos de dados e acervos bibliográficos e bibliotecas;
- VIII - realizar planos, estudos e pesquisas que visem ao estabelecimento de doutrina

orientadora das atividades policiais do Departamento;

IX - promover a difusão de matéria doutrinária, informações e estudos sobre a evolução dos serviços e técnicas policiais do Departamento;

X - estabelecer intercâmbio com as escolas de polícia do País e organizações congêneres estrangeiras;

XI - preparar e submeter à aprovação superior instruções normativas no âmbito de suas atribuições;

XII apresentar, para aprovação, o Plano Anual de Ensino;

XIII - apresentar solicitação anual de crédito para atender as necessidades de capacitação do Departamento;

XIV - propor ao Coordenador-Geral de Recursos Humanos a anulação de processos seletivos, determinando, nesse caso, a realização de outro, no todo ou em parte, caso necessário;

XV - propor e coordenar cursos e eventos sobre a temática de segurança pública;

XVI - convidar, propor a contratação e designar professores, conferencistas, supervisores regionais, coordenadores, instrutores, monitores, técnicos nacionais e estrangeiros, para planejamento de programa, aplicação e avaliação de provas ou exames de concursos públicos, cursos, estágios e demais atividades de ensino;

XVII - conferir e submeter à homologação diplomas, certificados e certidões nas diversas atividades de ensino;

XVIII - selecionar, formar, capacitar e especializar os servidores do Departamento;

XIX - orientar e supervisionar as avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão da Gratificação Desempenho de Atividade Técnica Administrativa;

- XX - elaborar portaria de nomeação e lotação de servidores aprovados em concurso público;
XXI - realizar estudos com fins de aprimorar a atividade finalística do Departamento.

Sobre a COEN, o Entrevistado (1) ressalta que:

[...] apesar de a ANPRF ser criada recentemente, a COEN já existia em Brasília desde 2001. [...] o que ocorreu a partir da criação da Academia, foi à transferência da COEN de Brasília para Florianópolis [...]. [...] aqui na Academia a COEN está sendo reestruturada. [...] por está dentro de uma nova estrutura as competências estão sendo revistas. [...] atualmente não temos nada formalizado. [...] estamos fazendo um plano diretor de ensino, para vincular ao plano geral da PRF. [...] mas ainda não há nada oficializado, publicado.

Sobre os departamentos que compreendem a ANPRF, a DAA tem como função planejar, acompanhar e coordenar todas as atividades administrativas inerentes a ANPRF, vinculadas a licitações e contratos, ao financeiro, patrimônio, gestão de frotas, gestão predial e telecomunicações. Dentre as competências da DAA, destaca-se a partir Portaria Ministerial nº 1.375, no Art. 44: a aquisição de materiais - compras diretas ou através da abertura de procedimento administrativo; controle de pagamento de fornecedores; controle de contratos e licitações; coordenação e execução das frotas; e a organização e manutenção dos bens patrimoniais. De acordo com o Entrevistado (2), os setores que compreendem a DAA na ANPRF, são:

Comissão Permanente de Licitações - responsável pelas licitações; Setor de Viagens e Passagens - responsável pelas passagens e viagens; Setor Financeiro - responsável pelas finanças; Gestão de Contratos - responsável pelos contratos; Administração Predial - responsável pela infraestrutura; Setor

de Telemática - responsável pela internet e servidor; Patrimônio - responsável pelo patrimônio; e Gestão de Frotas - responsável pelos veículos.

Em outras palavras, na ANPRF, na DAA: a Comissão Permanente de Licitações é responsável por planejar, organizar, coordenar, controlar e executar as atividades inerentes aos processos licitatórios; o Setor de Viagens e Passagens é responsável por planejar e controlar todos os processos inerentes a viagens e a passagens solicitadas; o Setor Financeiro é responsável pela execução financeira; a Gestão de Contratos é responsável pelo preparo, acompanhamento, controle e finalização de processos contratuais; a Administração Predial é responsável por todos os aspectos relacionados à estrutura física; o Setor de Telemática é responsável pela Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs); o Patrimônio é responsável por todos os processos relacionados aos bens patrimoniais; e a Gestão de Frotas é responsável por todos os processos relacionados aos veículos.

Quanto aos documentos gerados pela DAA, por seus respectivos setores, o Entrevistado (2) salienta:

[...] aqui são gerados diversos tipos de documentos, tais como: portarias, memorandos, despacho, edital, contrato, termo de cooperação, solicitação de deslocamento, convênio, termo de recebimento, dentre outros. [...] além desses documentos, somos responsáveis pelos bens materiais da instituição e por todos os materiais solicitados e serviços prestados, por exemplo: cuidamos da limpeza das salas de aula, pelo concerto ou troca de um pneu em uma das viaturas e somos responsáveis também pela guarda e manutenção do armamento. [...] há todos esses documentos em registros textuais, gerados aqui em nosso departamento estão no formato eletrônico. [...] na verdade toda documentação da Academia é gerada em formato eletrônico [...] utilizamos um

sistema eletrônico de informações - denominado SEI, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça Federal da 4ª Região [...].

Ainda sobre os departamentos da ANPRF, o NUAD tem por função assessorar a COEN, isto é, a coordenadora da ANPRF, na atribuição de sua gestão, em suas atividades diárias. De acordo com a Portaria Ministerial nº 1.375, no Art. 43, compete ao NUAD: efetuar a convocação de servidores para a participação em processos seletivos ou cursos; convocar os instrutores selecionados para os diversos cursos; acompanhar junto às áreas da COEN, os assuntos referentes a orçamento, finanças e os saldos da disponibilidade das ações de capacitação, seleção e de andamento de cursos; manter e controlar o arquivo documental da COEN; e desempenhar atividades relacionadas à elaboração, expedição, recepção, registro, cadastro, controle da documentação oficial e assuntos administrativos relativos à COEN. Em outras palavras, o Entrevistado (3) define o NUAD como:

[...] gabinete, que visa à assessoria técnica, financeira e jurídica no âmbito da COEN. [...], acerca de toda documentação gerada na Academia.

Portanto, toda documentação no registro textual gerada dentro da ANPRF passa pelo crivo do NUAD antes de ser aprovada, consolidada e oficializada. Em suma, o NUAD é o departamento que de fato auxilia de forma direta a coordenadora da COEN na execução de suas atividades e decisões a serem tomadas no âmbito institucional, da ANPRF. Segundo o Entrevistado (3):

[...] aqui no NUAD também geramos documentos, por exemplo: ofícios, requerimentos e relatórios, porém nosso foco está mesmo na assessoria acerca da documentação produzida

na Academia. [...] para assessoria contamos com seis setores, são eles: Apoio Técnico; Elaboração de Documentos; Comunicação Social; Atualização Profissional; Base Descentralizada de Inteligência; e o Protocolo.

Percebe-se, que toda documentação gerada no âmbito da ANPRF, as quais compreendem todos os processos realizados nessa instituição, está em registros textuais e no formato eletrônico, salvo, três setores, que são responsáveis por outros aspectos nessa instituição, como por exemplo: os bens materiais.

A partir do exposto, identificou-se que todos os documentos representativos a memória da instituição são:

- a) Documentos Jurídicos – demonstram a constituição jurídica e a estrutura legal da ANPRF;
- b) Documentos do Cooperativo – representam as diretrizes estratégicas adotadas pela ANPRF;
- c) Documentos de Comunicação – demonstram a comunicação da ANPRF entre os colaboradores;
- d) Documentos Técnicos – demonstram a forma de atuação técnica ANPRF e a realização de sua atividade-fim;
- e) Documentos do Financeiro e Contábil – demonstram em linhas gerais a evolução financeira e contábil da ANPRF;
- f) Objetos – representam a cultura material da ANPRF, como por exemplo: o armamento e vestuário.

Enfim, a ANPRF está localizada as margens da Rodovia SC 401, no município da grande Florianópolis/SC. Para realização de suas atividades mantém a seguinte estrutura física: salas de aula, auditório, estande de tiros, pista de corrida, ginásio coberto, campo de futebol, quadra de areia, hangar para aeronaves, heliponto e pista de condução veicular (POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, 2016).

A Figura 1, a seguir, demonstra a ANPRF no município da grande Florianópolis/SC.

Figura 2 – Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal.



Fonte: Polícia Rodoviária Federal (2016).

5.3 ASPECTOS PARA A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA

Constituir um CM é uma ação que implica uma série de decisões sobre sua composição e atuação no âmbito institucional. Por isso, esta ação deve ser estruturada levando-se em consideração alguns aspectos, os quais são necessários para a construção de um CM, sobretudo, para seu funcionamento. Nessa direção, apresenta-se a seguir aspectos, os quais foram pensados a partir da literatura utilizada para o

desenvolvimento desta pesquisa, com destaque, o “Manual para implementação de Centros de Memória”, criado pelo Itaú Cultural.

Inicialmente, um CM deve ser pensado levando em consideração o valor que este agregará a instituição, a qual pertencerá. De nada valerá criar um CM que não esteja alinhado à missão e aos valores institucionais. Na verdade, nada é criado por acaso, para tudo há uma justificativa, a qual evidência benefícios. Essa justificativa argumenta, a qual reflete os benefícios que serão gerados é o que fortalecerá a criação do CM na instituição, determinando sua função.

Para a criação do CM é necessário refletir acerca dos objetivos que se deseja atingir. Definir objetivos é essencial para a criação de um CM, pois isto é, o que permeará a criação deste espaço. Os objetivos de um CM deve ser pensado de acordo com a atividade-fim da instituição mantenedora, pois caso contrário não haverá sentido para a constituição desde espaço.

Se a instituição tem como atividade-fim o ensino - formação de pessoas, os objetivos deve contemplar aspectos relacionados a esta questão, como por exemplo: disseminar o registro sistemático de fatos e eventos, bem como das atividades docência. Para maior entendimento, toma-se como exemplo o Centro de Memória do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)¹⁵.

O Centro de Memória do Instituto de Psicologia da USP encontra-se inserido no departamento de psicologia e mantém como função: selecionar, organizar, preservar e divulgar documentos e materiais a respeito da história da psicologia na USP. A partir de sua função este CM tem por objetivos: constituir acervos documentais e audiovisuais, cuidando de seu tratamento, organização e preservação; integrar e promover estudos e pesquisas sobre a história da psicologia na USP;

¹⁵Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/centrodememoriaip/>>.

prestar assessoria a projetos de pesquisa sobre a história da psicologia; promover eventos de ordem acadêmica (exposições, debates, seminários); apoiar as atividades relacionadas à memória institucional desenvolvidas no instituto de psicologia da USP e disponibilizar informação e documentos em acesso aberto (CENTRO DE MEMÓRIA DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2016).

A partir dos objetivos será possível definir o público que se deseja atingir e a natureza do acervo no CM. Por isso, é essencial que os objetivos sejam definidos de forma clara. Um CM pode ser um espaço restrito a instituição mantenedora ou um espaço público, aberto para a sociedade.

O acervo de um CM geralmente é híbrido, visto a gama de documentos gerados pela instituição mantenedora, pelos diversos departamentos que a compreendem. Assim, um CM pode mantêm em seu acervo diversos tipos de documentos, tais como: documentos jurídicos; documentos técnicos; documentos de comunicação; coleção temática (exemplo: fotografias) e objetos (exemplo: equipamentos).

Para tanto, a definição da natureza do acervo é uma ação que deve ser formalizada a partir da elaboração de uma política, a fim de prevê o Desenvolvimento da Coleção¹⁶. A política de formação do acervo no CM é primordial, visto que não se pode guardar tudo e que nem tudo é importante na história da instituição. Deve-se ter em mente que o CM incumbe a responsabilidade de preservar parte do patrimônio da instituição, que segundo Rodrigues (2000, p. 91), é “fruto e testemunho da cultura institucional. [...] é produto das respostas do homem aos desafios diários”.

¹⁶Ver: VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989.

Definido a natureza do acervo é hora de se pensar nos produtos e serviços que serão oferecidos/desenvolvidos no CM. Pode-se dizer que esta ação é o coração do CM, pois é a ação que de fato provê a eficiência deste espaço, almejando sua função e público que se deseja atingir.

Um CM pode ser espaço que ofereça visitas técnicas, exposições, consulta local, atendimento exclusivo, ao mesmo tempo, que mantém mecanismos para o registro do conhecimento, que não está registrado em nenhum documento, como por exemplo: memória digital. Para maior compreensão, toma-se como exemplo o Memorial da América Latina¹⁷ e a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL)¹⁸.

O Memorial da América Latina é um centro cultural, político e de lazer na cidade de São Paulo. É um complexo constituído por vários edifícios, que mantém sob sua guarda manifestações artísticas e científicas latino-americanas, que promove exposições, palestras, debates, espetáculos de teatro, música e dança, dentre outros (MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA, 2016).

A CPFL é uma instituição formada por 36 empresas, que atuam na geração, distribuição e comercialização de energia no estado de São Paulo. Esta instituição mantém em sua página na rede internet um projeto de memória digital, denominado “Memória Viva”, o qual visa comemorar os 100 anos da história da instituição, por meio da disponibilização de depoimentos de seus colaboradores acerca de sua história (COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, 2016).

Planejados os produtos e serviços que serão oferecidos/desenvolvidos no CM, é hora de se pensar na equipe de profissionais. A composição da equipe de profissionais em um CM deve ser pensada em detrimento das atividades

¹⁷Disponível em: <<http://www.memorial.org.br/>>.

¹⁸Disponível em: <<http://memoriaviva.cpfl.com.br/>>.

administrativas e gerenciais, atividades técnicas e com ênfase no processo de comunicação. Nesta perspectiva, perfis diversificados são bem vindos, visto que, o sucesso e o desenvolvimento das atividades no CM serão possíveis por meio da junção de conhecimentos de diversas áreas, isto é, de uma equipe multidisciplinar.

Em um CM, além da presença do profissional da área de História (historiador), que interpreta os fatos ocorridos no passado referentes à trajetória da instituição ao longo do tempo, a fim de elucidar o processo de formação e transformação da instituição na sociedade, é fundamental a presença do profissional da área da Arquivologia (arquivista), visto a necessidade da gestão documental gerada pela instituição. Além desses profissionais, pode-se considerar essencial a presença de profissionais da área da Biblioteconomia (bibliotecário) e da Museologia (museólogo), quais contribuirão para o desenvolvimento das atividades técnicas. Para maior compreensão, toma-se como exemplo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁹.

O IBGE é uma entidade administrativa pública e federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem por função prover dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. Esta entidade mantém uma página na rede internet denominada “Núcleo Virtual da Rede de Memória do IBGE”, que visa divulgar trabalhos de memória institucional realizados por seus servidores. Para tal, conta com uma equipe multidisciplinar, composta de profissionais de diversas áreas do conhecimento, tais como: da História, Arquivologia, Biblioteconomia,

¹⁹Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/>>.

Estatística, Comunicação e Design (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

Por fim, é hora de se pensar na infraestrutura do CM. A definição da infraestrutura de um CM está diretamente ligada às definições expostas anteriormente, aliada à possibilidade de investimento da instituição mantenedora. A infraestrutura do CM compreende além do espaço físico, o mobiliário e equipamentos. Em suma, a definição da infraestrutura de um CM, deve ser pensada, a partir da política do acervo, com base nas atividades que serão desenvolvidas e nos produtos e serviços oferecidos pelo CM.

A Figura 3, a seguir, demonstra os aspectos citados acerca da constituição de um CM.

Figura 3 – Centro de Memória: aspectos a serem pensados.



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir disto, apresenta-se o produto desta pesquisa, isto é, as diretrizes para o CM da ANPRF, conforme será exposto, a seguir.

5.4 DIRETRIZES PARA O CENTRO DE MEMÓRIA DA ACADEMIA NACIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

❖ **APRESENTAÇÃO**

Ao se reunir em um mesmo espaço a história do desenvolvimento de uma instituição, estabelece-se um canal de comunicação com a sociedade, contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional. É papel do CM retratar como a evolução da instituição contribuiu para torná-la o que é na atualidade. Essa é a principal justificativa para a criação do CM da ANPRF.

Entretanto, no contexto institucional um CM não se consolida apenas por reunir documentos e objetos em um único local, mas também por dar um sentido ao acervo. É nesta perspectiva, que o CM da ANPRF é proposto sob o tríplice sentido, abordado pelo sociólogo francês Pierre Nora: um espaço físico de indícios de memória(s); um lugar cuja função é produzir memória(s) e um lugar simbólico da memória institucional. Assim sendo, o CM da ANPRF não irá representar somente um celeiro de informações sobre o passado da instituição, mas um recurso para recuperar informações, combiná-las e apresentar ideias inovadoras. Neste sentido, o CM da ANPRF terá como:

- **Função:** Recolher, organizar, preservar e divulgar documentos e objetos representativos à história da ANPRF - ao processo de formação, treinamento e capacitação no ambiente pedagógico da PRF.

➤ **Objetivos:**

- a) Preservar e difundir a memória da ANPRF;
- b) Estabelecer vínculos com a sociedade;
- c) Promover eventos acerca da história da instituição;
- d) Promover eventos do processo de formação, treinamento e capacitação no ambiente pedagógico da PRF;
- e) Disponibilizar informações e documentos em acesso aberto.

➤ **Público:** Aberto para toda sociedade.

❖ **FORMAÇÃO DO ACERVO**

A partir da estrutura hierárquica da instituição, o acervo do CM da ANPRF será de natureza histórica, voltado ao processo de formação, treinamento e capacitação no ambiente pedagógico da PRF. Assim sendo, o acervo será constituído por registros textuais e objetos materiais. Sugere-se que o acervo do CM da ANPRF, mantenha sob sua guarda:

- a) Documentos jurídicos - demonstram a constituição jurídica e a estrutura legal da ANPRF;
- b) Documentos do corporativo - representam as diretrizes estratégicas adotadas pela ANPRF;
- c) Documentos de comunicação - demonstram a comunicação da ANPRF entre seus colaboradores;
- d) Documentos técnicos - demonstram a forma de atuação técnica ANPRF e a realização de sua atividade-fim;
- e) Documentos do financeiro e Contábil - demonstram em linhas gerais a evolução financeira e contábil da ANPRF;
- f) Objetos - representam a cultura material da ANPRF;

- g) Coleções temáticas - sobre temas relacionados à história da ANPRF;
- h) Arquivos pessoais - sobre pessoas que tiveram sua história ou atuação profissional diretamente ligada a ANPRF.

❖ **POLÍTICA DO ACERVO**

À equipe de profissionais do CM da ANPRF, caberá a condução de procedimentos a serem implementados, com vista, à otimização do processo de formação e desenvolvimento da coleção. Em outras palavras, cabe a equipe de profissionais do CM da ANPRF o desenvolvimento de uma política para o acervo.

A política do acervo do CM da ANPRF deve funcionar como instrumento norteador para o aperfeiçoamento do conjunto de atividades que conduzem o processo de desenvolvimento da coleção, à seleção do material a ser incorporado ou desbastado do acervo, bem como o tratamento técnico. Em suma, a política do acervo do CM da ANPRF deve:

- a) Permitir o crescimento racional e equilibrado da coleção.
- b) Manter a coleção em concordância com a finalidade e objetivos do CM;
- c) Manter a coleção em concordância com os objetivos da instituição ANPRF;
- d) Verificar o nível de crescimento da coleção de forma qualitativa e quantitativa;
- e) Acompanhar o desenvolvimento de novas tecnologias de acesso à informação, adquirindo documentos em formato eletrônico;
- f) Dotar o CM de instrumentos que atendam às necessidades de seu público.

Sugere-se que a política do acervo do CM da ANPRF seja criada a partir da implementação deste espaço e que seja revisada a cada 02 (dois) anos, com a finalidade de garantir a sua adequação a seu público, aos objetivos do CM e aos objetivos instituição ANPRF.

❖ **SERVIÇOS E PRODUTOS**

A partir da funcionalidade do CM da ANPRF e do público que se pretende atingir. Sugere-se para o CM da ANPRF, os seguintes serviços e produtos:

- a) Atendimento ao público;
- b) Atendimento a pesquisa;
- c) Exposições temáticas;
- d) Visitas técnicas;
- e) Memória digital;
- f) Consulta local;
- g) Palestras.

❖ **EQUIPE DE PROFISSIONAIS**

A equipe de profissionais do CM da ANPRF será composta em detrimento das atividades desempenhadas neste espaço, isto é, atividades administrativas, gerencias e técnicas, com ênfase no processo de comunicação. Nesta perspectiva, entende-se que a equipe de profissionais do CM da ANPRF será multidisciplinar, assim, sugere-se para a composição desta equipe:

- a) (1) Administrador;
- b) (1) Arquivista;
- c) (2) Bibliotecário;
- d) (1) Historiador;
- e) (1) Museólogo.

❖ **INFRAESTRUTURA**

A infraestrutura necessária ao bom funcionamento do CM da ANPRF será pautada na política do acervo, com base nas atividades que serão desenvolvidas e nos produtos e serviços ofertados, aliada à possibilidade de investimento da instituição. Sugere-se para o CM da ANPRF:

➤ **Espaço Físico:**

- a) Área total do prédio - 226m²
- b) Área de recepção e atendimento - 16m²
- c) Área administrativa - 6m²
- d) Área acervo - 64m²
- e) Área tratamento técnico - 20m²
- f) Área exposições - 40m²
- g) Área auditório - 80m²

➤ **Mobiliário:**

- a) Recepção e atendimento
 - 5 mesas de 4 lugares;
 - 1 balcão para atendimento;
 - 1 cadeira de escritório;
 - 1 guarda volumes.
- b) Administração
 - 1 mesa de escritório;
 - 2 cadeiras de escritório;
 - 1 armário.
- c) Acervo
 - 1 arquivo deslizante;
 - 3 estantes;
 - 3 armários;
 - 1 mapoteca horizontal.

d) Tratamento técnico

- 4 mesas de escritório;
- 8 cadeiras de escritório;
- 1 mesa de reunião;
- 1 estante;
- 2 armários.

e) Auditório

- 70 poltronas;
- 1 bancada;
- 1 armário organizador.

➤ **Equipamentos:**

a) Recepção e atendimento

- 1 computador para atendimento;
- 1 aparelho de ar condicionado.

b) Administração

- 1 computador;
- 1 impressora;
- 1 scanner;
- 1 aparelho de ar condicionado.

c) Acervo

- 1 aparelho de ar condicionado;
- 2 termo-higrômetro digital;

d) Tratamento técnico

- 4 computadores;
- 1 impressora;
- 1 scanner;
- 1 aparelho de ar condicionado.

e) Auditório

- 1 projetor;
- 1 tela para projeção de 150 polegadas;
- 2 caixas de som;
- 2 microfones;
- 1 aparelho de ar condicionado.

❖ **APARATOS TECNOLÓGICOS**

Para o CM da ANPRF, considera-se essencial para seu desenvolvimento e funcionamento aparatos tecnológicos, os quais visam a potencialização e democratização de formas de acesso, além de garantir melhores condições de preservação ao material. Sugere-se como aparatos tecnológicos para o CM da ANPRF:

- a) Página na rede internet;
- b) Repositório digital para o acervo;
- c) Software ICA-AtoM para a memória digital.

6 CONSIDERAÇÕES E EXPECTATIVAS A PARTIR DO ESTUDO

“O importante conjunto de acervos históricos deve ser preservado e colocado à disposição da sociedade. As empresas possuem verdadeiros tesouros, relacionados ao desenvolvimento das pessoas, das cidades, dos negócios e da comunicação empresarial”.

Paulo Nassar

O interesse por essa pesquisa, como dito no início desse estudo, teve origem na discussão do tema memória(s) na disciplina - Informação, Sociedade e Memória cursada como mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) e alinhado à proposta do Curso de Mestrado em Gestão de Unidades na proposição de soluções para problemas concretos de gestão de unidades de informação e ainda, pautado em convênio em andamento entre a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e ANPRF na busca de soluções de gestão da informação nesta instituição de segurança pública.

A presente investigação foi norteadada no questionamento: Quais documentos devem compor o acervo do CM da ANPRF? Pergunta a qual originou o objetivo geral em propor diretrizes para o CM da ANPRF. O estudo proporcionou: conhecer a estrutura institucional da ANPRF; identificar os setores na ANPRF que produzem documentos e identificar os documentos representativos à memória da ANPRF.

Entretanto, durante o desenvolvimento desta pesquisa algumas limitações surgiram, o que de fato não impossibilitou a sua realização, mas que precisam ser registradas. A primeira limitação está na falta de documentação sobre a estrutura da ANPRF e suas atribuições. Os documentos que se tem são

escassos e carecem de maiores informações. A segunda limitação condiz à realização das entrevistas. A ANPRF mantém sobre sua estrutura quatro departamentos, os quais mantêm sob sua responsabilidade setores, que desenvolvem diversas atividades e ao mesmo tempo geram documentos. As entrevistas foram possíveis somente em dois departamentos, os quais evidenciaram somente a documentação histórica desta instituição, o departamento que mantém a atividade principal da instituição, isto é, o ensino, à formação, treinamento e capacitação na ANPRF, não foi possível a realização da entrevista. Fica evidente, que a realização da entrevista neste departamento, traria outro enfoque para o CM.

Porém, considerando o conhecimento adquirido após pesquisa realizada na ANPRF, com base na fundamentação teórica, conclui-se que existe material que respalda a criação de um espaço para a memória desta instituição. Há possibilidade da reunião de documentos, dos diversos setores que compreendem esta instituição, documentos em registros textuais e objetos que representam os bens culturais, tais como: armamento, veículos e vestuário, além da perspectiva de criação de um acervo de história oral, composto por entrevistas e depoimentos sobre os fatos que marcaram a história da instituição.

No entanto, percebe-se que a viabilidade do CM na ANPRF requer a revisão da atual gestão documental, considerando que a análise evidenciou a carência de práticas voltadas para os documentos, desconsiderando o valor histórico que estes possuem ou venham a possuir. Essa percepção indica que o estabelecimento de um espaço de memória na ANPRF, requer a revisão dos instrumentos de gestão e a adoção de uma efetiva política arquivística no âmbito da instituição, que contemple um local físico para o arquivo, como parte do acervo sob a guarda e responsabilidade do CM. As ações promovidas com os documentos da instituição não englobam

toda a como gestão documental, pois tratam apenas da preservação e difusão da informação.

Esta pesquisa demonstrou a relevância da criação do CM da ANPRF, a fim de resguardar e utilizar sua memória tanto socialmente, quanto estrategicamente, atraindo a atenção do público. É uma iniciativa que não se esgota em registros textuais, pois propõe a preservação da memória institucional, em seus diferentes aspectos destinando-lhe o seu espaço. Utilizar a memória institucional como recurso estratégico de divulgação representa, portanto, a evidencição da responsabilidade histórica da instituição, a fim do fortalecimento da imagem, da identidade e da reputação da instituição, legitimando e fortalecendo sua ação no contexto social em que está inserida. É a vinculação da identidade à imagem, que constituem a dimensão cultural inerente à trajetória da instituição.

A intenção deste trabalho é contribuir para a criação de um CM da ANPRF em médio prazo e sua implementação e continuidade em um longo prazo destacando a problemática que envolve a questão da sua memória, de modo especial quanto aos documentos e elementos que a representam, apontando como solução o estabelecimento de um lugar para sua guarda e preservação. Compreender, guardar e preservar a memória da ANPRF representa também compreender, guardar e preservar uma parcela da memória da sociedade brasileira, visto que, esta é uma instituição de segurança pública nacional.

Entende-se que investir em memória no contexto institucional é investir também em educação, seja através de palestras relacionadas a patrimônio acerca de temas corporativos ou da cultura institucional, seja por meio de palestras para conscientização sobre a preservação de bens culturais. Tais ações de educação patrimonial promovem o exercício da cidadania e o acesso à informação, à cultura, à memória e à histórica, proporcionando o conhecimento de bens culturais. Sob uma perspectiva mais ampla, incentiva

transformações e a percepção de valores culturais importantes para a vida em sociedade. Investir na criação de um CM representa contribuir para a perenidade da instituição.

Conclui-se que um discurso isolado preservação da memória tende ao fracasso em ambientes institucionais. É preciso tornar a defesa acerca da memória em argumento multidisciplinar e consoante às práticas de gestão da instituição. Assim, no contexto institucional é necessário integrar esforços de todas as áreas que produzem conhecimento, buscar apoio político no âmbito da instituição e definir argumentos capazes de mobilizar o aparato necessário à concretização do objetivo desta investigação.

Ainda a outras reflexões acerca da importância do CM da ANPRF, contudo, conclui-se que o conhecimento da história, da qual a ANPRF é a guardiã, poderá fornecer pistas, inspirar e apontar caminhos. A história e memória da instituição traduzem a sua cultura e a sua identidade para quem e para além dos muros que a cercam. Categoria que construídas a cada dia pelos homens e mulheres da ANPRF, a percepção da sociedade sobre essa instituição de segurança pública. Dito de outro modo, a sociedade tem em mente uma representação dessa instituição. É essa imagem- representação da ANPRF alargada para PRF que determina o seu sentido à sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/barreto.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BORKO, Harold. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. (tradução livre). Disponível em: <<http://www.josesales.com.br/arquivos/BORKO%20Harold%20%20Ci%C3%A4ncia%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 18.323**, de 24 de julho de 1928. Dispõe sobre o regulamento para a circulação internacional de automóveis, no território brasileiro e para a sinalização, segurança do trânsito e policia das estradas de rodagem. Brasília, DF, 24 jul. 1928. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/19201929/decreto-18323-24-julho-1928-516789-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 1. 655**, de 03 de outubro de 1995. Define a competência da Polícia Rodoviária Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 03 out. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1655.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.028**, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF, 12 abr. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8028.htm>. Acesso em: 16 jan. 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. **Portaria Ministerial nº 1.375**, de 02 de ago. de 2007. Aprova o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Brasília, DF, 02 ago. 2007. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/Acesso/anexosinstitucional/2007portariamj1375.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

BRAVO, Blanca Rodríguez. **El documento**: entre la tradición y la renovación. Espanha: Trea, 2002.

BRAVO, Sierra. **Técnicas de investigação social**: teoria e ejercicios. 7. ed. Madrid: Paraninfo, 1991.

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Rev. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169- 175, 1998.

Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2065>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

CENTRO DE MEMÓRIA DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA USP. **Sobre o centro**. 2016. Disponível em:<<http://citrus.uspnet.usp.br/centrodememoriaip/?q=node/1>> . Acesso em: 20 abr. 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológico. 1997. 161 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/686>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

CHARTIER, Roger. O mundo como representações. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>. Acesso em: 20 out. 2015.

CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel. **Ciência da informação e documentação**. Campinas: Alínea, 2011.

CPLF. COMPANHIA PAULISTA DE LUZ E FORÇA. **Nossa história**. 2016. Disponível em: <<http://memoriaviva.cpfl.com.br/nossahist%C3%B3ria.aspx?view=>>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CPLF. COMPANHIA PAULISTA DE LUZ E FORÇA. **Projeto memória viva**. 2016. Disponível em: <<http://memoriaviva.cpfl.com.br/o-projeto.aspx>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

DELMAS, Bruno. Manifesto for a contemporary diplomatics: from institutional documents to organic information. **American Archivist**. Chicago, v. 59, n. 4, p. 438-452, out. 1996. Disponível em: <<http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.59.4.kxt762862g115304>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

FAETI, Pâmela Vicentini; CALSA, Geiva Carolina. Metodologia científica: descobrindo trilhas. Por onde caminhar? In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 11., 2013, Paraná. **Anais eletrônicos** ... Paraná: UEM, 2013. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2013/trabalhos/co_02/40.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida de. **Métodos e metodologia na pesquisa científica**. São Paulo: Difusão, 2004.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. **Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária**. 2005. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/memoria>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano, 2003.

FREITAS, Fabiano Junqueira de; BRAGA, Paula Lou Ane Matos. Questões introdutórias para uma discussão acerca da história e da memória. **Rev. Histórica**, São Paulo, n. 13, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao13/materia03>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

FROHMANN, Bernd. The role of facts in Paul Otlet's modernist project of documentation. In: RAYWARD, W. Boyd (Org.). **European modernism and the information society: informing the present, understanding the past**. Aldershot, Hants, England; Burlington, VT: Ashgate, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Equipe técnica**. 2016. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sobre-memoria/equipe.html>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sobre**. 2016. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sobre-memoria.html>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

IANNI, Octávio. O jovem radical. In: BRITO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da juventude I**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

ITAÚ CULTURAL. **Centros de memória**: manual básico para implementação. São Paulo: Itaú Cultural, 2013. Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wpcontent/uploads/2013/11/CM_web.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2015.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionários Básico de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: UNICAMP, 1990.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Rev. Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 17, p. 63-201, 1998. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom de. **Manual de história oral**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Rev. do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 1992. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA. **O que é o memorial?** 2016. Disponível em: <<http://www.memorial.org.br/conheca/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA. **Serviços**. 2016. Disponível em: <<http://www.memorial.org.br/biblioteca/servicos-2/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MIRANDA, Antônio. A ciência da informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

NASSAR, Paulo. **Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. São Paulo: Difusão, 2007.

NEVES, Margarida de Souza. Memória e história da Pós-Graduação na PUC-RIO. In: NÚCLEO DE MEMÓRIA DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA NA PUC-RIO, 2006. Rio de Janeiro. **Projeto de Pesquisa...** Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2006. Disponível em: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/sites/default/files/documentos/paginas/proposta/proposta-18985.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Rev. Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-27, 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

OTLET, Paul. **El Tratado de Documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996. Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PAES, Marielena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jacta. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINHEIRO, Lena Vieira Ribeiro. Informação: esse obscuro objeto da ciência da informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 3 n. 4, 2004. Disponível: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/31>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Rev. Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 17, p. 203-211, nov. 1998. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11146/8177>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Rev. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PRF. POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. **História da PRF**. 2016. Disponível em: <<https://www.prf.gov.br/portal/acesso-a-informacao/institucional/historia>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

PRF. POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. **Institucional**. 2016. Disponível em: <<https://www.prf.gov.br/portal/acesso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969- 1987. São Paulo: UNESP, 2000.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, abr. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924.2012v17n33p1/21708>>. Acesso em: 29 maio 2016.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. Conceitos de informação na ciência da informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 145-157, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/145/13200>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

TOTINI, Beth; GAGETE, Élida. Memória empresarial: uma análise da sua evolução. In: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória**

de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: ABERJE, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA

- 1) Qual é a missão da ANPRF?
- 2) Quais são as atribuições da ANPRF?
- 3) Como é a estrutura física da ANPRF?
- 4) Quais são os setores da ANPRF?
- 5) Quais são as funções e atividades exercidas em cada setor da ANPRF?
- 6) Quais são os documentos produzidos em cada setor da ANPRF?
- 7) Quais são as características físicas dos documentos gerados na ANPRF (tipo, suporte e formato)?

ANEXO A – TERMO LIVRE E ESCLARECIDO DO COMITÊ DE ÉTICA



UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA



Comitê de Ética em Pesquisa
Envolvendo Seres Humanos

GABINETE DO REITOR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada Um Centro de Memória na Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal (ANPRF), tendo como objetivo geral Propor diretrizes para o Centro de Memória da ANPRF e como objetivos específicos: Conhecer a estrutura institucional da ANPRF para identificação de sua produção documental; Identificar os setores na ANPRF que produzem documentos; Identificar os documentos e objetos representativos à memória da ANPRF; e Criar um documento com as diretrizes para o CM da ANPRF. Serão previamente marcados a data e horário para as perguntas, utilizando entrevista. Estas medidas serão realizadas na ANPRF. Não é obrigatório responder a todas as perguntas.

O(a) Senhor(a) e seu/sua acompanhante não terão despesas e nem serão remunerados pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação serão ressarcidas. Em caso de dano, durante a pesquisa será garantida a indenização.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos, uma vez que, envolvera medidas não invasivas. Porém em uma entrevista há o risco de que determinados tópicos despertem fortes emoções, bem como o constrangimento aos sujeitos da pesquisa ao revelar experiências atuais e passadas.

A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um número.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão: Propiciar a ANPRF a criação de um Centro de Memória, com a finalidade de tornar acessível à sociedade sua documentação histórica, que revele a trajetória da instituição ao longo do tempo; Refletir sobre o papel do Centro de Memória no contexto institucional; Servir de base para a construção de Centro de Memória em instituições; Contribuição teórica e prática para área da Ciência da Informação (CI), mas especificamente, para a área da Biblioteconomia por discutir e abordar questões sobre a temática da memória, assunto cada vez mais atual em discussão pelos profissionais da área.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores estudante de mestrado Daniele Feldman, a professora responsável Gisela Eggert Steindel.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: Gisela Eggert Steindel

NÚMERO DO TELEFONE: (48) 30286133 ou (48) 99896221

ENDEREÇO: Rua Rafael Bandeira, nº 319, apt. 1001.

ASSINATURA DO PESQUISADOR

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEPESH/UDESC

Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis – SC - 88035-901

Fone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cepesh.reitoria@udesc.br / cepesh.udesc@gmail.com

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

Assinatura _____ Local: _____ Data: ____/____/____.